ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO

CURSO DE PREPARAÇÃO

GUERRAS ENTRE AS NAÇÕES HISPANO-SUL-AMERICANAS

GEN. - FLAMARION BARRETO LIMA



1968

SUMÁRIO

GUERRAS ENTRE AS NAÇÕES HISPANO-SUL-AMERICANAS

1 — CAUSAS GERAIS DESSAS GUERRAS

As causas gerais dessas guerras encontram-se na própria colonização espanhola. . A terra da América do Sul era uma propriedade do Rei de Castela e não do govêrno espanhol. Assim sendo o rei doava as terras a seu bel-prazer, sem a preocupação de estabelecer, rigorosamente, os limites das diferentes doações. Doava, descrevia, ràpidamente, os limites no texto da Carta Régia, que criava a circunscrição político-administrativa sem a delimitação exata, uma vez que tudo aquilo lhe pertencia. Visava, apenas, à colonização da terra, utilizando a iniciativa privada e a experiência dos súditos da Coroa de Castela.

Durante o período colonial, essas circunscrições político-administrativas se foram multiplicando e seus limites se modificando, sem que houvesse ato rescisório, que sancionasse essas modificações.

O Vice-Reinado do Peru, por exemplo, quando foi criado, abrangia tôdas as terras da América do Sul, menos a Capitania Geral da Venezuela, que dependia da Audiência de São Domingos, ligando-se, assim, ao Vice-Reinado do México.

Em 1739, foi finalmente, reconstituído o Vice-Reinado da Nova Granada, sendo estabelecidos os limites, entre êste e o Vice-Reinado do Peru. Êsses limites, dado o pouco conhecimento geográfico da área, foram, apenas, indicados nos textos, que criavam a nova circunscrição político-administrativa. Corriam pelos limites da Presidência de Quito, Govêrno da Colômbia e Govêrno da Venezuela. Mais tarde, o Vice-Reinado do Peru sofreu nova modificação. Criou-se o Vice-Reinado do Prata.

Houve, então, nova delimitação, e, no caso, o Vice-Reinado do Prata avançou até o Pacífico, pois a êle foi incorporada a chamada Presidência de Charcas, que incluía a Província do Potosi, a qual se estendia até ao Pacífico, entre o rio Loa e o

Deserto de Atacama. Estabeleceram-se, então, novos limites para o Vice-Reinado do Peru.

Criaram-se depois a Capitania Geral do Chile e Capitania Geral da Venezuela, com novas modificações.

Em todos êsses casos, os limites das novas circunscrições político-administrativas eram traçados vagamente. Não havia preocupação de estabelecê-los com nitidez e às vêzes, os limites anteriores não eram revogados por um ato expresso.

O Peru, por exemplo, quando se fôsse constituir em Estado, baseados em títulos emanados do Conselho das Índias, poderia reivindicar a posse de tôdas as terras da América do Sul, porque, realmente, houve um período bastante longo, entre 1542 e 1739, em que o Vice-Reinado do Peru jurisdicionava tôdas essas terras.

Por outro lado, além dos grandes Vice-Reinados, isto é, dos organismos de cúpula, havia outros, que tinham também funções jurídicas e políticas. Era o caso das Presidências, que eram Audiências, nas quais seu Presidente exercia também a função de governante da área. Eram, pois, órgãos executivos e judiciários e sob êste último aspecto, subordinados diretamente ao Conselho das Índias. Foram criadas como órgãos da Justiça colonial, depois receberam atribuições de fiscalizar as altas autoridades do Govêrno, por fim e em alguns casos, houve a justaposição do poder executivo ao poder judiciário. Acontecia que, para efeito de organização dos novos Estados, o território de uma Presidência, ou melhor, os limites dêsse território podiam ser levados em consideração. Por outro lado, havia os Bispados e os Arcebispados, delimitados pelo Conselho das Índias, em alguns casos, antes mesmo que funcionassem os órgãos da administração. Foi o caso, por exemplo, do Paraguai, em que o Bispado funcionou, antes que se estabelecesse o chamado Govêrno de Guaíra.

Essa imprecisão na fixação de limites de territórios coloniais viria se constituir num problema sério, quando os países se tornassem independentes. Naturalmente, a primeira dificuldade verificada foi a multiplicidade dos limites, que se poderiam atribuir a determinada circunscrição administrativa colonial, conforme o período encarado. A primeira idéia, que surgiu, foi a de fixar uma data para apreciação dêsses limites. Essa data foi fixada no ano de 1810, isto é, o ano em que pràticamente, se iniciou a Revolução pela Independência da América Espenhola. Quanto ao ponto-de-vista jurídico o fundamento em que se baseiou foi o do "uti possidetis".

O direito do "uti-possidetis" vem do direito romano, e significava, no caso da América-Hispânica, que a nação surgida da

Revolução teria a propriedade do território, em que se tinha estabelecido a antiga circunscrição, ou govêrno administrativo, que lhe deu origem, no ano de 1810.

Embora houvesse algumas violações, êsse princípio passou a ser um PRINCÍPIO DE DIREITO na América Hispânica, depois da independência dessas Nações, figurando por exemplo, na primeira Constituição da Venezuela, como estado independente: "de acôrdo com o "uti possidetis" em 1810, o território da Venezuela abrange o território da antiga Província Real e Capitania Geral da Venezuela".

Assim, com base no princípio em questão, as Nações que surgiam de antigas Capitanias Gerais teriam, como limites, os dos territórios das antigas Capitanias Gerais, no ano de 1810, como foi o caso da Venezuela e do Chile.

As Nações que surgissem de antigas Presidências teriam como limites de seus territórios os da antiga Presidência, no ano de 1810, como foi o caso do Equador e da Bolívia.

As Nações que surgissem de Intendências teriam como limites os dos territórios da antiga Intendência, no ano de 1810, como foi o caso do Paraguai.

Finalmente, as Nações que surgissem dos Vice-Reinados teriam como limites os dos territórios dos antigos Vice-Reinados, no ano de 1810, como foi o caso da Argentina, do Peru e da Colômbia.

Todavia, da adoção dêsse princípio de direito surgiu um problema seríssimo, como o de precisar êsse limite entre países da mesma origem, baseado em títulos, nos quais a descrição dêles aparecia imprecisa, quando não contraditória. Quando o território disputado não tinha significação política ou econômica, era um Deserto ou uma área desocupada, coberta de florestas, ou um pântano, a discussão de seus limites ficava, no domínio da diplomacia.

Ao aparecerem elementos econômicos de grande significação nesses territórios, o problema extravasava do plano diplomático para o militar, porque os esforços diplomáticos, mostrando-se ineficientes, os países interessados apelavam para a guerra, na solução da questão. Foi o que ocorreu, por exemplo, entre o Chile e a Bolívia, com referência ao Deserto de Atacama, ou, entre a Bolívia e o Paraguai, no que concerne ao Chaco e com outros Estados da América do Sul. O dissídio inicial resultou da imprecisão dos textos das Cartas Régias. Agravou-se com o conhecimento do valor econômico dêsses territórios. Houve, ainda, outras fontes de dissídios, como o decorrente da não observância do "uti-possidetis" de 1810, por Bolivar, no caso de

Guaiaquil. De acôrdo com a Carta Régia de 1802, os Governos de Guaiaquil, Maynas e Quijos deveriam ser incorporados ao Peru. Quando êsse país se tornou independente, em 1822, podia, claramente, reivindicar a posse dos territórios de Guaiaquil, Maynas e Quijos. Mas, San Martin abriu mão dêsse último território, surgindo dai a disputa entre o Peru e Equador, agravado pelo fato de o Peru pretender reaver também a Província de Jaen que, em 1822, optara pela soberania do Peru, de acôrdo com o princípio da autodeterminação.

O Equador, porém, não reconheceu os direitos do Peru, transformando-se numa área de perturbação na América do Sul.

A Bolívia, também, teve uma formação política muito tumultuada. Inicialmente, pertenceu ao Vice-Reinado do Peru, depois passou a pertencer ao Vice-Reinado do Prata e, em 1810, estava subordinada a êsse último. Por outro lado, a Bolívia constituía uma área de transição do ponto-de-vista geográfico. Participava da Cordilheira dos Andes, da Bacia do Amazonas e da Bacia do Prata e ligava-se, ainda, ao planalto brasileiro. Promoveu sua independência de acôrdo com o direito de autodeterminação. Sucre consagrou o fato consumado e Bolivar, apesar de combater a iniciativa de Sucre, acabou aceitando-a. Criou-se, então, a Bolívia, no interior do Continente, sujeita a essas atrações políticas e geográficas divergentes. A discussão dos limites territoriais constituiu, como se vê, causa fundamental das Guerras havidas entre Repúblicas Hispano-Sul-Americanas do Pacífico e também na área do Prata.

As negociações diplomáticas, entre os dois confrontantes, apoiados em documentos absolutamente idôneos e respeitáveis, eternizavam-se, originando, não raro, soluções violentas. Entre o Chile e a Argentina houve grave disputa pela fixação de limites na fronteira da Patagônia. Estiveram às portas da guerra, mas acabaram resolvendo o problema, mediante arbitramento. Ainda, hoje, porém, perduram os ressentimentos entre êsses dois países, tendo em vista a fronteira no Estreito de Magalhães.

Confirmando, ainda, a afirmação de que os dissídios sôbre limites foram uma das causas gerais de tôdas as guerras havidas entre países Hispano-Sul-Americanos, podemos incluir o caso do Paraguai com a Argentina. Em 1767, quando os jesuítas foram expulsos, foi organizada a Província das Missões, subordinada ao Govêrno de Buenos Aires. Mas, depois, as Missões foram divididas, ficando uma parte subordinada ao Govêrno do Paraguai e outra, ao Govêrno de Buenos Aires. Mais tarde, tôdas as Missões tiveram um governador: Velasco Ibarra. Tendo sido êsse governador nomeado Intendente do Paraguai, em 1803, uma

Cédula Real determinou que a jurisdição do Intendente do Paraguai se estendesse, também, sôbre tôda a área das Missões. De acôrdo, pois, com o "uti possidetis" de 1810, o Paraguai podia aspirar a posse de todo o território das Missões até o Arapei, incluindo, também o território dos Sete Povos das Missões, no Brasil. Reivindicou êste território por várias vêzes, mas a Argentina nunca lhe reconheceu êsse direito. Em 1865, conseguiu do Brasil, no Tratado da Tríplice Aliança, que fôsse reconhecida a sua posse sôbre êsses territórios, esbulhando, nìtidamente, o Paraguai. No Tratado de 1865, o Brasil reconheceu, como fronteira da Argentina com o Paraguai, o rio Paraná até a confluência com o Paraguai.

Permitiu, além disso, que a Argentina avançasse, no Chaco, até a região da Baía Negra, isto é, viesse confrontar com o Brasil na região oeste de Mato Grosso.

O Conselho de Estado tomou conhecimento do Tratado e verificou o quanto tinha o Brasil sido generoso com a Argentina nas negociações para o estabelecimento do Tratado da Tríplice Aliança. O Govêrno Imperial deu então ordens aos nossos representantes diplomáticos, para limitar a pretensão argentina, no Chaco, ao Pilcomaio, pelo menos. Mas a Argentina, garantida por êsse Tratado, resistiu às sugestões brasileiras. A questão continuou até 1870, quando se negociou o Tratado definitivo de paz, em separado, com o Paraguai, ao custo quase de uma guerra com a Argentina. Só depois da mediação do General Mitre, conseguiu-se submeter ao arbitramento do Govêrno dos Estados Unidos o litígio entre o Paraguai e a Argentina, o que opinou em favor das pretensões do Paraguai e, portanto, em favor da posição do Brasil. Assim mesmo, o Paraguai perdeu sua fronteira natural, sua fronteira histórica com a Argentina, que é o rio Bermejo e não o rio Pilcomaio. A Argentina avançou até o rio Pilcomaio e colocou-se no lado oeste de Assunção, aproximando-se, portanto, das nossas áreas vitais, que ficaram ao alcance de seus meios aéreos.

Outra causa que atuou, de modo geral, nestas guerras foi a instabilidade política. Os patrícios sul-americanos de modo geral quando lutaram pela independência, tinham em mira assenhorarem-se dos instrumentos do Estado para, à base dêsse domínio, assegurarem os privilégios e as concessões, que tinham recebido, durante o período colonial. A maioria dos Presidentes dêsses países combateu, inicialmente, ao lado dos realistas, como por exemplo os do Peru, que governaram logo depois da independência. Só depois da intervenção de San Martin puseram-se ao lado dos patriotas. Criou-se, então, particularmente,

nos Estados do Pacífico, uma grande instabilidade política. Quase todos êsses Caudilhos tinham combatido juntos, seja no campo realista, seja no campo patriota, resultando, portanto, que se apoiavam, mùtuamente. Quando, por exemplo, dois caudilhos entravam em luta, no Peru, o vencido se refugiava na Bolívia, ou no Equador. Nesses países, com o auxílio e complacência do antigo companheiro, que estava na Presidência da Bolívia, ou do Equador, armava-se e voltava ao ataque ao seu próprio País. Esse prática criou uma situação de suspeita e de desconfiança de um governante, em relação a outro. Essa situação de instabilidade política está, pois, na base de tôdas essas guerras, pelo menos naquelas que, imediatamente, se seguiram à Independência, como a guerra entre a Confederação Perúvio-Boliviana e o Chile.

Outro aspecto dessa instabilidade política foi a posição de prestígio que êsses países desfrutaram durante o período colonial. O Peru foi, durante todo o período colonial, o núcleo básico da administração colonial na América do Sul e durante a Guerra da Independência funcionou como base militar da reação metropolitana.

Só em 1822, começou a ser submetido, mas mesmo assim, o exército espanhol permaneceu intacto, no Peru, e só foi destruido, em 1824. Ora, era natural que essa situação, no Peru, repercutisse de duas formas: uma em relação à Metrópole, que pensava, apesar da independência da Colônia, que ainda podia contar com a lealdade dos peruanos e outra em relação ao próprio Peru, que se habituara, durante trezentos anos à idéia de ser a primeira área de valor político, econômico e militar do Pacífico e não desejava abandonar essa posição.

Em oposição ao Peru começou, porém, a surgir o Chile. Durante o período colonial fôra Capitania pobre, sem expressão econômica, sem nenhum relêvo político com suas despesas administrativas pagas, em grande parte, pelo Vice-Reinado do Peru. Mas, tivera uma colonização diferente, conseguira promover uma Revolução mais orgânica e logo começou a desenvolver-se social e econômicamente. Além disso, o emprêgo de navios a vapor permitiu que os portos chilenos ganhassem expressão muito maior do que os portos peruanos. O navio a vapor podia vencer o Estreito de Magalhães, em qualquer época do ano e, naturalmente, vinha comerciar com os portos, que lhe ficavam mais ao alcance. O Chile começou a exercer a função de entreposto distribuidor de mercadorias, ao longo de tôda a costa do Pacífico, função esta que antes coubera ao Peru, através do pôrto de Callao. O Chile se foi desenvolvendo. O Peru sentindo cada vez mais, que estava sendo suplantado, procurou defender sua

posição antiga. Ainda, hoje, êsse fato é uma realidade política do Pacífico; o Chile e o Peru disputam a supremacia no Pacífico e essa hegemonia se situa fundamentalmente, em têrmos navais. Quem possuir a superioridade naval nessa área, possui implìcitamente, a superioridade política porque nada se pode fazer em matéria de transporte sem o domínio do mar. Êsse fato ficou explícito durante a Guerra da Independência e seria confirmado no decorrer da Guerra do Pacífico. Durante a Guerra da Independência, enquanto San Martin não conseguiu, através de Cochrane, os elementos navais suficientes para conquistar a superioridade do mar, não pôde desembarcar, no Peru e submeter êsse país. Na Guerra do Pacífico, o Chile começou inferiorizado em Fôrças Navais e sofreu sua primeira derrota. Tão logo conseguiu obter o domínio do mar, ganhou a guerra, porque pôde levar suas fôrças a Ilo, desembarcar mais ao norte, enquanto os peruanos estavam limitados em seus movimentos pelas dificuldades de transporte ao longo da Cordilheira, onde as vias terrestres eram poucas e descontínuas. Finalmente, outra causa geral dessas guerras, foi a tradição dos homens fortes da Independência, particularmnte, aquela tradição deixada por Bolivar, da constituição de grandes Estados. Santa Cruz foi um dos corifeus desta idéia. Não há dúvida que tentou estabelecer uma grande Confederação no Pacífico. Essa idéia vive, até hoje, tanto nos países do Caribe, como no Pacífico, se bem que êstes estejam muito mais distantes de sua realização, em conseqüência dos dissídios sérios, entre o Peru e o Chile, entre o Peru e a Bolívia e outros. Pensa-se, ainda hoje, numa Confederação que reúna a Bolívia com o Peru, ou a Colômbia com o Equador.

2 — GUERRA ENTRE O PERU E A GRÃ-COLÔMBIA (1828-1829)

a — Causas da Guerra

A guerra das colonias espanholas contra a Metrópole foi conduzida, em seus aspectos gerais, por dois grandes chefes: o general José de San Martin e o general Simon Bolivar. O primeiro, à frente das fôrças, recrutadas, organizadas e equipadas pelas Províncias Unidas do Rio da Prata, entre 1814 e 1817, transpôs os Andes e derrotou as fôrças espanholas, sediadas na Capitania Geral do Chile na batalha de Chacabuco, em fevereiro de 1817, e na de Maipu, em abril de 1818, sendo proclamada a independência do Chile. Com o apoio do Govêrno do Chile o general San Martin organizou uma expedição no pôrto de Val-

paraíso e, em agôsto de 1820, desembarcou no Peru, logrando ocupar Lima, em 1822, e proclamar a independência do Peru, sem conseguir, entretanto, destruir o grosso das fôrças espanholas muito numerosas nessa área.

O general Simon Bolivar depois de uma difícil campanha, contra os espanhóis, na Capitania Geral da Venezuela, conseguiu conquistar a base de operações de Angustura, em 1817, onde ativou o recrutamento e a organização de seu Exército. Com as fôrças reunidas em Angustura, Bolivar decidiu levar a guerra ao Vice-Reinado de Nova Granada para apoderar-se dos recursos em ouro e prata ali existentes e equipar definitivamente seu Exército, a fim de se impor aos espanhóis na Venezuela. Transpôs os Andes colombianos, em 1819, e derrotou os espanhóis na batalha de Boiacá e proclamou a independência do Vice-Reinado da Nova Granada. Com suas fôrças reorganizadas, graças aos recursos reunidos em Bogotá, voltou à Capitania Geral da Venezuela para destruir as fôrças espanholas reunidas, na Batalha de Carabobo, em 1821. De acôrdo com suas idéias políticas organizou, então, a Grã-Colômbia, com os Departamentos da Venezuela e da Colômbia, já libertados, e o de Quito, ainda, sob o domínio espanhol. Bolivar, atendendo a apelos, que lhe fizeram os revolucionários de Guaiaquil, enviara um Destacamento sob o comando do general José Antonio de Sucre para apoiar a Revolução nessa área. O general Sucre, auxiliado pelas fôrças do general Andres de Santa Cruz, enviadas por San Martin, em atenção, também, ao pedido dos revolucionários de Guaiaquil, derrotou as fôrças espanholas na batalha de Pechincha, em 1822, libertando a Presidência de Quito.

Bolivar, informado dêsse sucesso, se dirigiu para Quito, onde proclamou a anexação da Presidência de Quito à Grão-Colômbia, de acôrdo com as disposições constitucionais, que a organizara.

Nessa altura, interveio o general San Martin em defesa dos interêsses do Peru. O Peru se julgava herdeiro direto do território do antigo Império dos Incas, o Tehuantisuyo, que se estendia de Quito ao Rio Maule e de Tumbez a Tucuman ou, no mínimo, do território do antigo Vice-Reinado do Peru, na conformidade do "uti possidetis" do ano de 1810.

E de acôrdo com êsse último critério, aceito por Bolivar, as Províncias de Guaiaquil, Maynas e Quijos, que acabavam de ser incorporadas à Grã-Colômbia, deviam pertencer ao Peru, uma vez que a Cédula Real de 1802, mandara incorporar ao Vice-Reinado do Peru, os Antigos Governos de Guaiaquil, Maynas e Quijos, então pertencentes à Presidência de Quito, parte integrante do Vice-Reinado da Nova Granada, desde 1739. Além

disso, a Revolução de 1822, em Guaiaquil, fôra deflagrada pelas fôrças peruanas, destacadas no território dêste Govêrno e o general San Martin, apoiara, imediatamente, a Revolução mandando àquela cidade, Bernardo Monteagudo e o coronel Luzuriaga. Desejando esclarecer essa questão e obter do general Simon Bolivar, recursos em tropa para enfrentar as fôrças metropolitanas concentradas em Cuzco, Jauja e Alto Peru, o general San Martin combinou com êle um encontro na cidade de Guaiaquil. Êsse encontro se realizou nos dias 26 e 27 de julho de 1822 e constituiu um dos pontos culminantes da Guerra da Independência. San Martin não conseguiu obter recursos militares substanciais de Bolivar, mas êste aceitou a sugestão de uma consulta plebiscitária para decidir qual o Estado que teria a jurisdição sôbre o Govêrno de Guaiaquil se a Grã-Colômbia, ou o Peru. O plebiscito, se realizou em agôsto de 1822, e o povo de Guaiaquil se manifestou favorável à soberania da Grã-Colômbia.

O general San Martin descontente com o rumo que os acontecimentos vinham tomando e não desejando, que suas divergências com Bolivar, retardassem a destruição definitiva do grosso das fôrças metropolitanas, intato no Peru, se afastou do cenário político daquele país, deixando a Bolivar a missão de ultimar e consolidar sua independência.

Bolivar interveio, então, com o pêso de suas tropas numerosas e experimentadas e derrotou os espanhóis na batalha de Ayacucho, em dezembro de 1824, firmando no campo de batalha um Armistício, que representava o reconhecimento tácito da independência de todos os países sul-americanos de origem espanhola.

Em 1825, Bolivar concordou com a organização da Bolívia, como Estado independente das Províncias Unidas do Rio da Prata e do Peru, contrariando, frontalmente, os desejos de alguns chefes militares peruanos de incorporar ao Peru, pelo menos, as Províncias da área andina da Bolívia. Bolivar, eleito pelo Congresso, Presidente Vitalício do Peru, lhe impôs a Constituição de 1826, semelhante àquela outorgada à Bolívia e se retirou do Govêrno para atender problemas internos da Grã-Colômbia. Disso se aproveitaram seus inimigos, no Peru, para promover uma insurreição da fôrça colombiana lá estacionada, em 28 de janeiro de 1827, afastá-lo da Presidência da República do Peru, restabelecer a Constituição de 1823, que abolira, e eleger o general José de La Mar, Presidente do Peru, em sua substituição.

Bolivar tentou resistir através de partidários seus, no Peru, mas seu representante ali, Armero, foi expulso do país. O Govêrno peruano se negou a pagar a dívida de 3,5 milhões de

pesos, correspondente ao auxílio prestado pelo Govêrno da Grã-Colômbia à independência do Peru exigindo a devolução imediata dos territórios de Jaen, Maynas e Quijos já incorporados à Grã-Colômbia.

Do que se expôs, sucintamente, se pode concluir que as causas da guerra entre a República do Peru e a República da Grã-Colômbia foram as seguintes:

— O propósito de chefes militares peruanos, inspirados na política de equilíbrio político-militar entre os Estados recém-organizados de estabelecerem a jurisdição do Estado peruano sôbre o território do antigo Império dos Incas, o Tehuantisuyo, ou no mínimo do antigo Vice-Reinado do Peru, de acôrdo com o "uti-possidetis" de 1810.

— A reação dos chefes militares do Peru à política de Bolivar, a qual emprestavam o propósito de submeter todo o Continente à dominação da Grã-Colômbia.

— A exigência feita à Grã-Colômbia de devolução imediata dos territórios de Maynas e Quijos, pertencentes ao Peru, de acôrdo com a Cédula Real de 1802 e o "uti-possidetis" de 1810 e o da Província de Jaen, que se manifestara, em 1822, pela soberania do Peru, os quais continuavam sob o domínio da Grã-Colômbia.

— As repetidas manifestações de parte da população da Província de Guaiaquil favoráveis à sua incorporação ao Peru.

— A expulsão do ministro plenipotenciário da Grã-Colômbia, Armero, do Peru e a recusa do Govêrno dêste país de pagar a dívida de 3,5 milhões de pesos, exigidos pela Grã-Colômbia, como indenização das despesas realizadas durante a guerra da independência.

— A intervenção do Govêrno peruano, na Bolívia em 1827-1828, da qual resultou a deposição do Marechal José Antonio Sucre, da Presidência dêste país.

b — Síntese das operações

(1) Operações marítimas

Em 19 de setembro de 1828, o Govêrno peruano mandou bloquear a costa colombiana, desde Machala até Panamá. Graças à superioridade naval de que dispunham, no Pacífico, os peruanos se assenhoraram, ràpidamente, do domínio do mar, destruindo as corvetas Colombianas "Pichincha" e "Guaiaquileña". No dia 21 de novembro, o almirante peruano Guisse, com seu pavilhão na fragata "Presidente" e reforçado pela corveta "Liberdad" e a goleta "Peruana" surgiu com sua Esquadra, frente ao pôrto de Guaiaquil e iniciou o bombardeio das obras fortificadas e navios, que o defendiam. No dia 24, as defesas do pôsto tinham sido neutralizadas, mas a morte do almirante Guisse, retardou sua ocupação, que só se realizou em 20 de janeiro de 1829, em virtude de uma insurreição dos habitantes da cidade, apoiada por parte das fôrças colombianas, que a defendiam.

Ocupado o pôrto, o coronel Prieto foi nomeado Governador Geral e enviou várias expedições ao interior para destruir remanescentes de fôrças colombianas, chegando a ocupar Cuenca.

(2) Operações terrestres

(a) — Situação Geral

Desde o início das operações, a situação política na Grã-Colômbia era muito difícil. Em Popayan, os Generais colombianos Obando e Lopez se rebelaram contra Bolivar, ocupando Pasto, tomaram posição defensiva no rio Juanambu e colocaram-se à disposição do General La Mar.

Em Bogotá, rebentou a insurreição, chefiada pelo Vice-Presidente da Grã-Colômbia, Francisco de Paula Santander, contra Bolivar, sem obter êxito. Em Guaiaquil, a 3ª Divisão Colombiana, comandada pelo Coronel Bustamante, fêz causa comum com a insurreição popular e expulsou da cidade as autoridades bolivarianas e se entregou aos peruanos, sem luta.

No Peru, bem ao contrário, a opinião pública apoiou, vivamente, o General La Mar. Organizou-se um Exército de 12.500 homens, dos quais 4.500 entraram em operações ativas e o restante constituiu o Exército de reserva.

O General Gamarra, depois da invasão da Bolívia, estacionou em Areguipa, pronto para operar.

(b) As fôrças em presença

O General La Mar decidiu concentrar suas fôrças, que constituíam o Exército do Norte, na fazenda de Tambo Grande, a fim de aguardar as de Gamarra. Em 28 de novembro de 1828, as fôrças peruanas transpuseram a fronteira da Grã-Co-

lômbia e, a 10 de dezembro, ocuparam Loja. Sòmente em janeiro chegavam à Loja as fôrças de Gamarra.

O Exército do Norte numerava, então, 7.500 homens e o General Gamarra foi nomeado Comandante-em-Chefe, ficando La Mar, como Diretor da Guerra.

Por sua vez, Bolivar conseguira aquietar Paez e dominar a insurreição em Bogotá. Designou Sucre, que regressara da Bolivia, Comandante-em-Chefe do Exército, que estava se concentrando na Província de Azuay e ativou o recrutamento. Organizou, também, um Exército de Reserva, que estacionou na Província de Pasto. Essas fôrças não chegaram a intervir na guerra, porque foram detidas no rio Juanambu pelo General Obando, rebelado e às ordens de La Mar.

Em fins de janeiro, as fôrças peruanas estacionavam em Saraguro, sob o comando de Gamarra, e as colombianas, em Cuenca, sob o comando de Sucre.

(3) Síntese das operações

Ainda em janeiro, Sucre enviou parlamentares a La Mar, a fim de negociar a paz, sem obter sucesso.

Em 13 de fevereiro, o General Sucre desencadeou um ataque de surprêsa sôbre os peruanos em Saraguro, logrando destruir parte de seus efetivos e apoderando-se de armas e outros materiais. Em seguida, ordenou a retirada de suas fôrças para Cuenca.

Os peruanos, em conseqüência, avançaram para o Norte e, em 21 de fevereiro, ocuparam Jiron com o grosso da tropa, cobertos em Portete de Tarqui, contraforte da cordilheira, que cortava todos os caminhos. Sucre, que se encontrava a 15 km de Portete, decidiu atacar a cobertura peruana. Marchando durante a noite, atacou ao clarear do dia, logrando completo sucesso.

Em face dessa vitória, Gamarra e Sucre assinaram o Convênio de Jiron, pelo qual as fôrças peruanas deviam evacuar o Equador e entregar Guaiaquil. As fôrças do Gen. Gamarra iniciaram a retirada, cruzaram o Macará e chegaram à Piura.

Em Guaiaquil, o Comandante da Esquadra peruana e governador da cidade decidiu não cumprir o disposto no Convênio de Jiron, sem ordens diretas de Lima. O govêrno peruano aprovou, plenamente, êsse procedimento e decidiu continuar a guerra com o Exército de Reserva.

O General Sucre reforçou as fôrças colombianas e sitiou Guaiaquil. Em 1º de maio, houve um duro combate nas proximidades dessa cidade e Bolivar assumiu pessoalmente o comando das fôrças colombianas.

Entrementes, o General Gamarra, em Piura, articulava uma rebelião contra La Mar. O movimento rebentou, simultâneamente, em Piura e Lima, obtendo êxito. La Mar foi prêso e exilado e o General Gamarra assumiu o poder.

Negociava-se, em Piura, o Tratado de Guaiaquil, quando o General Cerdeño, comandante das fôrças peruanas de Guaiaquil, entregou esta cidade aos colombianos, em 11 de julho de 1829.

O Tratado de Paz e Limites de Guaiaquil, também chamado de Piura, datado de 16 de outubro de 1829, estabeleceu que os limites entre o Peru e a Grã-Colômbia seriam os mesmos existentes, em 1810, entre o Vice-Reinado do Peru e o de Nova Granada.

O Protocolo de 11 de agôsto de 1830 definiu os limites mencionados no Tratado de Guaiaquil, em têrmos geográficos, descrevendo-os como passando por Tumbez, Macará e o Rio Marañon-Amazonas.

Estava, assim, terminada a Guerra entre o Peru e a Grã-Colômbia.

c — As conseqüências da Guerra

Essa guerra, na qual se revelaram as profundas divergências, que trabalhavam a Grã-Colômbia, apressou a dissolução dêsse Estado, organizando-se então, definitivamente, as Repúblicas da Venezuela, da Colômbia e do Equador.

Resultaram dêsse fato problemas de fronteiras, que constituíram as conseqüências mais importantes dessa guerra:

— questão de fronteira entre o Peru e o Equador;
— questão de fronteira entre o Equador e a Colômbia, e
— questão de fronteira entre o Peru e a Colômbia.

(1) Questão de fronteira entre o Peru e o Equador

O Equador, separado da Grã-Colômbia, julgava-se herdeiro do território da Presidência de Quito e da fronteira sul da Grã-Colômbia.

Da Presidência de Quito, de acôrdo com o "uti-possidetis" de 1810 e da fronteira sul na conformidade do Tratado de Paz e Limites de 1829 e do Protocolo de 1830.

O Peru alegava direitos sôbre as Províncias de Maynas e Quijos na conformidade do "uti-possidetis" de 1810 e sôbre a Província de Jaen de acôrdo com o direito de autodeterminação, expresso por esta, em 1822.

Os direitos alegados pelos dois Estados eram válidos e respeitáveis, mas se firmavam em critérios diferentes, embora houvesse um denominador comum o "uti-possidetis" de 1810 e o Tratado de Guaiaquil, invocado pelo Equador.

Cumpria, pois, verificar qual o limite entre o Vice-Reinado do Peru e o da Nova Granada, em 1810. E, nesse ponto, tudo dependeria da interpretação a ser dada às disposições da Cédula Real de 1802.

Neste particular, o Peru sustentava que a transferência da jurisdição das Províncias de Maynas e Quijos, em 1802, da Presidência de Quito para o Vice-Reinado do Peru, fôra completa, abrangendo os aspectos politicos, eclasiásticos e militares.

O Equador, por seu turno, contestava, alegando que essa transferência fôra parcial, abrangendo, apenas, a jurisdição eclesiástica e militar e, que não houvera secessão política das Províncias, em relação à Presidência de Quito.

Nesse ambiente, se iniciaram as negociações, que se prolongaram pelos anos de 1841 e 1844 sem se chegar a um acôrdo. Resolveram os litigantes apelar para arbitragem do Rei da Espanha, sem, contudo, concretizarem essa resolução.

Enquanto isto, agentes peruanos rebuscavam os arquivos coloniais, visando a fundamentar melhor os direitos peruanos, baseados na Cédula Real de 1802.

O Equador, temeroso de que essas buscas colhessem provas irrefutáveis, concordou, no Tratado de 2 de maio de 1890, com o domínio do Peru sôbre Tumbez, Jaen e a região de Iquitos, reservando-se, entretanto, o acesso ao rio Amazonas pelos rios Santiago-Marañon. Essa solução não satisfez, ainda, o Peru, que negou ratificação ao Tratado, convindo por fim os dois governos, em 1904, em submeter a pendência à arbitragem de Afonso XIII, Rei da Espanha. Em 1910, essa nova tentativa foi encerrada, pois as duas partes continuavam discordando sôbre o mérito da questão.

Ocorreu, então, nessa época, o primeiro oferecimento de mediação dos Estados Unidos, da Argentina e do Brasil. As negociações conseqüentes culminaram, em 1924, com o Protocolo, no qual o Equador e o Peru concordavam em submeter a questão à arbitragem do Govêrno dos Estados Unidos. Êsse protocolo não chegou a ser executado.

Mas, os esforços dos mediadores prosseguiram e, em 1936, foi assinada, em Lima, a Ata de 6 de junho, ficando decidido revigorar o Protocolo de 1924 e conferir aos Estados Unidos a arbitragem da questão.

Realizaram-se várias Conferências sem nenhum resultado concreto.

Em 1940, o Peru se decidiu a resolver a questão pela guerra. Em julho invadiu o território do Equador e, numa rápida campanha militar, chegou às portas de Quito.

Os mediadores, que continuavam acompanhando os acontecimentos, conseguiram a suspensão das hostilidades pelo Acôrdo de Talara, de 2 de outubro de 1941. A êsse acôrdo, seguiu-se o Memorando de 4 de outubro de 1941, solicitando aos litigantes que retirassem suas fôrças para 15 km, atrás da linha estipulada na Ata de Lima.

O Peru resistiu e o Brasil adotou uma atitude firme, declarando que não reconhecia nenhum valor à invasão e estava decidido a conseguir a desocupação do território invadido até a linha de 1936. Nessa altura, o Govêrno chileno juntou-se aos esforços dos três mediadores. Nesse ambiente, realizou-se no Rio de Janeiro, a III Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos onde, à margem do temário da Conferência, foi tentada uma solução da questão.

As negociações foram penosas em face das exigências do Peru e conduziram a fim melancólico: a imposição ao Equador da linha descrita no Protocolo de Paz e Limites, de 22 de janeiro de 1942, semelhante à de 1936, mas custando ao Equador cêrca de 13.000 km^2 de território.

Não ficaram, porém, dirimidas as divergências entre o Equador e o Peru. Elas persistiram na região do rio Lagartococha em tôrno da sua nascente e na área Zamora-Santiago, na qual variam os critérios para demarcar os limites entre a Quebrada de San Francisco e a confluência Yaupi-Santiago.

O povo equatoriano tem reagido, violentamente, através da Imprensa e do Congresso contra a conduta de seus representantes na reunião de Consulta de 1942 e os incidentes na linha de fronteira têm sido numerosos.

Atualmente, o Equador continua a pleitear seus domínios na área amazônica, visando a obter plena soberania e segurança em seu acesso ao Marañon. Por seu lado o Peru defende, intran-

sigentemente, a execução fiel e completa do Protocolo de 22 de janeiro de 1942, assegurando que jamais consentirá em dar ao Equador uma saída pelo Marañon, em detrimento de direitos, que fará respeitar por todos os meios.

(2) **Questão de fronteira entre o Equador e a Colômbia**

O Equador reivindicava da Colômbia, de acôrdo com o "uti-possidetis" de 1810, o território de jurisdição da antiga Presidência de Quito.

A Presidência de Quito, na conformidade do Real Decreto de agôsto de 1563, se estendia até Buenaventura, na costa do Pacífico e até Buga, no interior, além da cidade de Cali. Abrangia a rica e fértil região de Popayan e o vale superior do Cauca, desmembrado do Tribunal de Santa Fé de Gogotá (criado em 1548 e elevado no ano seguinte à Presidência).

A Carta Fundamental de 1830, que declarou constituída a República do Equador, lhe atribuía o antigo território da Presidência de Quito.

Mas, logo depois, determinava que êsse Estado "se una e confedere aos demais estados da Colômbia para formar uma só Nação, com o nome de República da Colômbia".

Ao se constituir a República da Nova Granada, coube ao Vice-Presidente José Maria de Marquez chegar a um acôrdo preliminar com o Equador sôbre o litígio fronteiriço, e evitando uma ação armada do Equador.

Nesse acôrdo, os dois governos convieram em traçar uma linha de limites na conformidade da Lei Colombiana de 1824 sôbre a divisão territorial da Grã-Colômbia. Não se chegou, a precisá-lo em têrmos geográficos.

A insurreição contra os decretos da supressão dos Conventos Menores, chefiada pelo Padre Villota, e depois explorada, politicamente, pelo General José Maria Obando, contou com o apoio do General Juan Flores, chefe de estado equatoriano, o qual desejava modificar o Acôrdo de 1832.

A questão surgida no Panamá, desde o contrato para construir a estrada de ferro do Panamá, com Francisco Klem, em 1846, até a independência da República do Panamá, em 1903, aliada à crescente tensão das relações perúvio-equatorianas e da instabilidade política na Colômbia e no Equador, relegaram a um segundo plano o litígio fronteiriço entre o Equador e a Colômbia.

Em 1904, o Equador assinou um Tratado com o Brasil, visando a preservar os seus direitos na área, em que deveriam confluir seus limites com os do Peru e os da Colômbia, em face do litígio, que vinha mantendo com o Peru, o qual deveria ser submetido à arbitragem do Rei de Espanha.

Em 1916, os Governos do Equador e da Colômbia chegaram a um acôrdo definitivo sôbre limites, os quais foram fixados desde o rio Carchia ao Rio Amazonas.

(3) **Questão de fronteira entre o Peru e a Colômbia**

Desde 1845, que o Peru se considerava lindeiro com a Colômbia na Bacia do Amazonas e, nessa convicção, assinou com o Brasil o Tratado de Limites de 1851, o Acôrdo de 1874 e o Tratado de Limites de 1909.

Em 24 de março de 1922, sob a presidência de Augusto Leguía, o Peru assinou com a Colômbia o Tratado Salomon-Lozano, definindo os limites entre as duas Repúblicas.

Como houvesse nesse Tratado cláusulas, que contrariavam o Tratado de 1909, entre o Brasil e o Peru, o Govêrno brasileiro procurou acautelar seus direitos. As gestões diplomáticas conduziram, então, à assinatura da chamada Ata de Washington, de 4 de março de 1925, sob os auspícios do Secretário de Estado norte-americano Charles E. Hughes, na qual ficaram dirimidas tôdas as questões pendentes.

d — A questão de Letícia

Na conformidade do Tratado Salomon-Lozano, de 24 de março de 1922, coubera à Colômbia uma área de cêrca de 4.000 km², entre os rios Marañon e Putumaio, onde se localizava a pequena povoação de Letícia, com cêrca de 500 habitantes. Essa área fôra cedida à Colômbia, juntamente com um pequeno corredor, de modo a lhe permitir atingir, diretamente, o rio Amazonas, mediante compensação de território e outras, depois de entendimentos com o Brasil.

Quando Augusto Leguía deixou o poder, em 1920, a opinião pública peruana criticou, severamente, suas liberalidades para com os interêsses estrangeiros, notadamente, a cessão territorial feita à Colômbia, considerada verdadeira traição.

Durante o govêrno de Luís M. Sanchez, em 1º de setembro de 1932, alguns soldados e civis peruanos se apoderaram do povoado de Letícia.

O govêrno peruano logo reconheceu a ocupação. O govêrno colombiano protestou, pedindo ao Peru a imediata evacuação da área. Enviou notas ao govêrno dos Estados Unidos e aos signatários do Pacto de Paz de Paris, chamando a atenção dêles para as obrigações contraídas pelo Peru, ao assiná-lo, de não recorrer à violência.

O Peru informou à Liga das Nações que uma frota colombiana estava subindo o rio Amazonas. A Comissão Permanente Pan-Americana de Conciliação e Arbitragem, estabelecida pela 5ª Conferência Pan-Americana de 1923, interpôs seus ofícios amistosos, bem como as potências do ABC (Argentina, Brasil e Chile).

O Brasil se ofereceu para tomar, temporàriamente, sob sua proteção a área litigiosa. O Secretário de Estado norte-americano Stinson convocou uma Conferência, em Washington, em janeiro de 1933, e enviou uma Nota ao govêrno peruano, na qual lhe censurava ter usado o recurso das armas e declarava não reconhecer a ocupação de nenhum território pela fôrça.

Em 17 de fevereiro de 1933, o Govêrno da Colômbia, apoiado no artigo 15 do "Convenant" apelou para a Liga das Nações. Em conseqüência, o Conselho da Liga decidiu, em 21 de janeiro, examinar o problema, juntamente com o do Chaco. Em 25 de maio, representantes da Colômbia e do Peru se reuniram em Genebra e aceitaram a recomendação do Conselho da Liga das Nações para que cessassem as hostilidades. Uma comissão constituída de um representante dos Estados Unidos, outro do Brasil e da Espanha, iniciou, em junho de 1933, o estudo do problema.

Em 19 de maio de 1934, os governos da Colômbia e do Peru aceitaram a chamada "fórmula Mello Franco", Ministro do Exterior do Brasil, firmando-se um Acôrdo, que foi ratificado em 27 de setembro.

O Acôrdo reconhecia os limites fixados pelo Tratado de 24 de março de 1922, entre o Peru e a Colômbia, ratificado em 23 de janeiro de 1928.

O Peru expressou seu pesar pelo procedimento de suas tropas irregulares.

A zona de Letícia foi desmilitarizada e devolvida à Colômbia e restabelecida a navegação livre nos rios da Bacia do Amazonas.

3 — GUERRA DA CONFEDERAÇÃO PERÚVIO-BOLIVIANA CONTRA O CHILE (1836-1839)

a — Causas da Guerra

Esta guerra, que durou de 1836 a 1839, se originou de desentendimentos de ordem financeira e da instabilidade política reinante nesses países, logo após a Independência.

Remontando às lutas pela Independência, verificamos que as fôrças metropolitanas foram derrotadas, em 1824, na Batalha de Ayacucho, que marcou a consolidação da Independência nos países da América do Sul espanhola. Em 1825, reuniu-se a Assembléia de Chuquisaca, na área de Charcas, sendo proclamada a Independência da Bolivia, ficando Sucre como seu governador, fato aceito por Bolivar, que outorgou uma Constituição ao nôvo Estado. Voltando ao Peru, Bolivar impôs-lhe, também, essa Constituição. Mas, quando foi à Venezuela sufocar a pretensão de Paez de separar êste país da Grã-Colômbia, o General La Mar, no Peru, deu um golpe-de-estado visando a revalidar a Constituição de 1824 e declarou guerra à Colômbia tendo em vista reconquistar os territórios de Maynas, Quijos e a Província de Jaen, que alegava pertencerem ao Peru. Foi, porém, derrotado em Portete del Tarqui, e em conseqüência substituído pelo General Gamarra.

Gamarra não demorou no govêrno do Peru, pois, após uma revolução, foi deposto pelo General Luiz José de Orbegoso que, pouco depois, teve de enfrentar uma rebelião chefiada pelo General Felipe Salaverry, comandante da praça de Callao.

Enquanto isso, na Bolívia, estalou também uma rebelião fomentada pelos próprios peruanos, sendo Sucre substituído por Santa Cruz.

Gamarra, após sua derrota no Peru, refugiou-se na Bolívia, com o apoio de Santa Cruz. Desejoso de reassumir o govêrno do Peru, Gamarra pediu o apoio da Bolívia, e, em troca, aceitou as propostas de Santa Cruz para reunir em uma federação o Alto e o Baixo Peru. Aceitou, aparentemente, pois jamais pensou subordinar sua política à de Santa Cruz, de quem era rival dissimulado.

Assim apoiado, Gamarra transpôs o rio Desaguadero, tendo recebido o apoio de 2 divisões peruanas, que abandonaram Salaverry. Com estas duas divisões Gamarra possuía elementos suficientes para enfrentar seja Salaverry, que continuava em Lima, seja Orbegoso, que permanecia em Arequipa. Sua situação era favorável a partir dêsse momento.

Sabedor de que Gamarra havia transposto o Desaguadero e tendo notícias da atividade de Salaverry, em Lima, Orbegoso decidiu oferecer ao General Santa Cruz sua submissão e as tropas que lhe eram fiéis.

Santa Cruz aceitou êste nôvo convênio (junho de 1835), mais eficiente e vantajoso, e abandonou seu compromisso com Gamarra, de quem desconfiava. Realmente, nessa época, Gamarra achava-se em confabulações com Salaverry para enganar Santa Cruz. Êste auxiliava Gamarra, sòmente para deter os alarmantes progressos de Salaverry, cuja consolidação no govêrno seria o fim da sua projetada Federação.

Gamarra, ofendido com esta atitude de Santa Cruz, resolveu oferecer seus serviços a Salaverry, pondo-se, incondicionalmente, às suas ordens.

O Ditador aceitou a oferta. Santa Cruz marchou, então, contra Gamarra, derrotou-o no Combate de Yanacocha e ocupou Cuzco, dominando todo o sul do Peru (agôsto de 1835). Depois de várias operações, inclusive com transporte feito por mar, Santa Cruz derrotou as fôrças de Gamarra e Salaverry reunidas em Socabaya (fevereiro de 1836).

Depois das vitórias de Yanacocha e Socabaya, Santa Cruz, de acôrdo com Orbegoso, resolveu organizar a Confederação Peru-Bolívia, projeto que vinha acariciando desde o tempo em que governou o Peru, como delegado de Simon Bolivar. Era uma idéia pregada por Bolivar e que encontrava fundamentos em razões geográficas, étnicas, econômicas e políticas, mas fortemente hostilizada pelos generais peruanos.

Santa Cruz convocou então três Assembléias, que se reuniram em Sicuani, para o sul peruano, em Tapacari para Bolívia e em Huara para o norte-peruano. Essas Assembléias funcionaram no ano de 1836 e aprovaram o plano da Confederação dos Três Estados:

— o norte-peruano, com os Departamentos de Amazonas, Junin, Libertad e Lima. Foi eleito Presidente Orbegoso;

— o sul-peruano com os Departamentos de Arequipa, Puno, Cuzco e Ayacucho;

— a Bolívia.

O sul-peruano foi confiado a Tristan, a Bolívia a José Maria Vellasco, ficando Santa Cruz com o título de Protetor da Confederação.

Santa Cruz, descendente de uma princesa inca, unificara o velho Império e poderia, agora, partir para a conquista do Chile.

A situação política do Chile, após a sua independência, era difícil. O' Higgins, muito combatido, renunciara, seguindo-se um período de guerra civil, até 1833, quando foi estabelecida a primeira Constituição, de caráter autocrático, inspirada nas tradições de Bolivar.

Sobreveio um período de relativa estabilidade, alicerçada pela atuação de Diego Portales, educado na Europa e de alta linhagem fidalga.

Conseguiu Portales a almejada consolidação política, por meio do policiamento do Exército, através da criação de uma Guarda Nacional, que se lhe contrapunha e afastando das fileiras todos os oficiais, que se envolveram em política. Portales pressentiu o perigo, que representava para o Chile, a Confederação Perúvio-Boliviana, que poderia, no mínimo, criar embaraços ao desenvolvimento político, econômico e social do país.

Durante a guerra civil chilena, o General Ramon Freyre, liberal, fôra derrotado e se refugiara, em Lima. Aí, obteve navios, com o apoio de Santa Cruz e pretendeu desembarcar na costa chilena, mas não obteve êxito e caiu prisioneiro. Portales percebeu tratar-se de uma manobra de Santa Cruz para incorporar, sem luta, o Chile à Confederação, concretizando seu sonho de reconstituir, o antigo Império Inca.

Por outro lado fôra alta, financeiramente, a contribuição chilena para a indepêndencia do Peru, inclusive armando a expedição do General San Martin, que permitiu às tropas de libertação se deslocarem de Valparaiso para Pisco, depois para Ancon e Huacho. Após a independência, o Chile procurou cobrar essa dívida ao Peru, bem como o empréstimo, que fizera ao Peru, repartindo, com êle, o que lograra obter dos inglêses.

Além disso, no aspecto comercial, o que se via era, aos poucos, o pôrto de Valparaíso sobrepujar em importância o de Callao. O Peru sentiu a forte concorrência chilena e iniciou represálias econômicas ao Chile, através de taxações do trigo chileno. Defendendo-se, o Chile taxou da mesma maneira o açúcar peruano, que importava. Essa guerra de tarifas criou uma tensão entre os dois Estados, que os conduziu, finalmente, à guerra.

Em conseqüência do que foi exposto, ligeiramente, podemos assinalar:

(1) Como causas gerais (remotas) dessa guerra:

— A tradição bolivariana da formação de Confederação dos Estados do Pacífico, retomada por Santa Cruz, sob a forma de reconstituição em têrmos físicos do antigo Império dos Incas.

— A instabilidade política reinante, no Peru, na Bolívia e no Chile, criando condições, para que o General Santa Cruz, como Presidente da Bolívia, conseguisse dominar pollticamente o Peru, aproveitando-se dos desentendimentos e lutas de seus caudilhos militares.

— A organização da Confederação Peru-Bolívia, tendo como seu dirigente supremo o Marechal de Zepita, Andres de Santa Cruz.

— A camaradagem de armas, existente entre os antigos generais da Revolução, oriunda do apoio dado pelo Chile à libertação do Peru e forjada nos sacrifícios da Guerra da Independência.

(2) Como causas particulares (imediatas)

— A rivalidade comercial entre os portos de Callao e Valparaiso, êste beneficiado pela entrada em serviço dos navios a vapor, pondo em perigo a supremacia, que o Peru sempre tivera no Pacífico.

— As exigências do Chile, ao Peru, sôbre o pagamento das dívidas da Guerra da Independência e de parte de um empréstimo que lhe fizera a Inglaterra, a qual foi cedida ao Peru.

— A ameaça, representada pelo poder econômico e militar da Confederação Peru-Bolívia, à independência do Chile.

— O início da estabilidade política, no Chile, em conseqüência da promulgação da Constituição de 1833 e da atuação de Diego Portales.

— O fato do General Ramon Freyre, líder federalista chileno, em luta com o govêrno unitário do Chile, ter utilizado navios peruanos, saídos de Callao, sofrendo o contrôle de autoridades peruanas, em sua mal sucedida tentativa de desembarcar em costas chilenas, ter levado o Govêrno chileno a acreditar que êle era instrumento da política revisionista de Santa Cruz, em relação ao Chile.

b — Síntese dos acontecimentos político-militares

Diego Portales, um homem forte e inteligente, sentindo a manobra que se esboçava contra o Chile, através da Confederação, logo que teve provas de que o general Ramon Freyre estava sendo auxiliado pelo Govêrno da Confederação, organizou uma pequena esquadra sob o comando de Vitório Garrido e a enviou ao pôrto de Callao para obter explicações. Esta esquadra aprisionou alguns navios peruanos, no pôrto de Callao, mediante um golpe de mão e Santa Cruz protestou, enviando ao Chile uma missão diplomática, que não obteve êxito.

Em represália, Santa Cruz mandou, imediatamente, prender Lavalle, representante chileno no Peru. Ato contínuo, o Chile enviou nova esquadra, sob o comando de D. Mariano Egana, com a missão de apresentar ao Peru uma espécie de "ultimatum", no qual exigia:

— Indenização pelas despesas que teve, para combater a expedição do general Ramon Freyre.

— A dissolução da Confederação Perúvio-Boliviana.

— Pagamento do empréstimo inglês e das despesas feitas para ajudar a independência do Peru.

Naturalmente, Santa Cruz não aceitou essas condições, mas contemporizou, porque era um homem hábil, embora extremamente ambicioso. Ao Chile não interessava a contemporização e declarou guerra ao Peru, iniciando a mobilização de seus recursos, embora não tivesse conseguido galvanizar a opinião pública do país. Ocorreu, então, o incidente, conhecido por insurreição de Quillota, em que ficou patenteado o reflexo da intervenção do general Santa Cruz, no Chile. Diego Portales, como primeiro-ministro do Gabinete Chileno, fôra passar em revista a guarnição de Quillota, quando ali ocorreu uma insurreição, sendo Portales feito prisioneiro. As tropas da guarnição de Valparaíso marcharam contra as de Quillota, mas o Comandante destas mandou fuzilar Portales. Houve, então, total reviravolta na opinião pública chilena, que se levantou em pêso, decidida a realizar um esfôrço mais decisivo para fazer a guerra à Confederação.

O balanço das fôrças dos beligerantes apresentava-se favorável à Confederação. Peru e Bolívia possuíam cêrca de 4,0 milhões de habitantes e o Chile, apenas 2,0 milhões. Peru e Bolívia tinham uma receita de exportação de cêrca de sete milhões de pesos e o Chile, apenas, dois milhões. As Fôrças Terrestres da Confederação pareciam ser, também, muito mais aguerridas, experimentadas e de maior efetivo, do que as chilenas. Quanto às Fôrças Navais, as do Chile se restringiam aos bergatins, "Aquiles", os navios aprisionados em Callao (Are-

quipaño e Orbegoso) e alguns navios mercantes armados. As Fôrças Navais do Peru dispunham de navios de guerra como o "Libertad", "Congreso", "Yanachocha" e várias goletas.

Desde a criação da Bolívia, como Estado soberano, as Províncias Unidas do Prata lhe tinham apresentado reivindicações, fundamentando-as no direito, que alegavam ter, sôbre o território de Tarija e uma parte do Chaco. Ameaçado, agora, pela Confederação, o Chile procurou explorar essas reivindicações, lançando as Províncias Unidas do Prata, contra a Bolívia.

As Províncias Unidas do Prata, depois de algumas negociações com o Chile, declararam guerra à Bolívia, em 19 de março de 1837 e passaram logo à ação ofensiva. Duas insurreições, ocorridas na Província de Cordoba, contra o Ditador Juan Manoel Rosas, retardaram e enfraqueceram essa ação ofensiva e os platinos, após invadirem Tarija, foram derrotados em Humahuaca e pouco depois batidos, definitivamente, em Montenegro, pelo General Braun, em 24 de junho de 1838. O Ditador Rosas decidiu, então, retirar suas fôrças de Tarija, adiando a realização de seus propósitos revisionistas, no que se referia à Bolívia.

Apesar de estar, em inferioridade, o Chile organizou uma expedição, sob o comando do Almirante Blanco Encalada. Essa expedição, na impossibilidade de desembarcar na área de Lima, dada a presença das fortificações de Callao, desembarcou uma parte de suas fôrças em Arica e o grosso em Quilca. Daí o almirante Blanco Encalada dirigiu-se à Arequipa, que ocupou, fàcilmente. Os confederados concentraram o grosso de suas fôrças em Puquina, enquanto um destacamento cortava as ligações dos chilenos com sua esquadra.

Blanco Encalada, cercado, negociou o Tratado de Paucaparta, em 17 de novembro de 1837, no qual o Chile reconhecia a Confederação Perúvio-Boliviana, se obrigava a retirar suas fôrças do Peru e a devolver os navios aprisionados por Garrido. O Peru reconheceu a dívida do empréstimo inglês, mas não o fêz quanto à correspondente aos gastos, que o Chile realizara para auxiliar a libertação do Peru, em 1820, e nos anos seguintes.

O Chile não cumpriu tôdas essas exigências e organizou uma nova expedição, desta vez sob o comando do General Manuel Bulnes, que foi mais feliz. Bulnes desembarcou ao Norte de Lima, reforçado a essa altura, por fôrças do General Gamarra, que estava exilado no Equador. Derrotou Orbegoso, que defendia Lima, e ocupou-a. Santa Cruz reuniu fôrças, retomou Lima e perseguiu Bulnes, que, no dia 20 de janeiro de 1839, derrotou suas fôrças, em Yungay. Com essa derrota as fôrças do general Santa Cruz se retiraram, perseguidas por

Bulnes, e foram vencidas definitivamente. O Chile dominou a situação. O General Santa Cruz foi exilado para Guaiaquil.

Gamarra, reconhecido pelo Chile como Presidente provisório do Peru, reuniu um Congresso, em Huancayo, o qual declarou insubsistente a Constituição de 1834, desfêz a Confederação e proclamou a Constituição de 1839. Gamarra foi eleito Presidente do Peru, em 1840, e Santa Cruz recebeu uma pensão para viver em Londres.

Ainda como conseqüência, houve uma guerra entre a Bolívia e o Peru, uma vez que Gamarra, que tinha sido derrotado pelo General Santa Cruz, no início da organização da Confederação, desejava, agora, aproveitar-se da instabilidade política reinante na Bolívia para levar os limites do Peru às lindes do antigo Vice-Reinado. Mas, o nôvo governador da Bolívia, General José Ballivián, enfrentou-o e derrotou-o na batalha de Ingavi, em novembro de 1841. A Bolívia desligou-se, definitivamente, da Confederação e reiniciou sua vida soberana. Diz-se, por isso, que a Batalha de Ingavi marcou a segunda independência da Bolívia, uma vez que abortaram, pela segunda vez, os propósitos peruanos de incorporação da Bolívia ao Peru, dos quais foi corifeu o General Andrés de Santa Cruz e outros, fiéis à tradição da Confederação do Pacífico, imaginada por Simon Bolivar.

c — Como conseqüências dessa guerra podemos apresentar

— A destruição da Confederação Peru-Bolívia e a consolidação da independência chilena, no plano externo.

— O crescimento do prestígio político e militar do Chile ameaçando, sèriamente, a posição até então predominante, desfrutada pelo Peru.

— A consolidação da independência da Bolívia através da vitória obtida sôbre os propósitos unionistas do Peru, na batalha de Ingavi.

— Ressentimentos entre o Chile e o Peru e entre êste e a Bolívia.

4 — GUERRA DA ESPANHA CONTRA A FEDERAÇÃO CHILE — PERU — BOLÍVIA — EQUADOR (1865-1866)

a — Causas da Guerra

Nos anos de 1865 e 1866 não houve pròpriamente uma guerra, mas um incidente sério, entre a Espanha e o Peru, o qual

envolveu tôdas as nações da costa do Pacífico e até mesmo a Argentina. As causas, de origem econômica e política, remontam à época da Independência.

As fôrças espanholas, derrotadas na batalha de Ayacucho, assinaram, representadas pelo General La Serna, um armistício com as fôrças patriotas, comandadas pelo General José Antonio de Sucre. Êste, com sua generosidade costumeira, fêz apenas, o armistício do ponto de vista militar, mas garantiu aos espanhóis a indenização das despesas, que tinham feito durante a administração do Peru no período da Guerra da Independência. Dêsse modo, a Espanha se julgava com direito a essa indenização. Por outro lado, a Espanha não fôra alijada de tôdas as áreas do Continente. Permanecera na América, ocupando Cuba e a Ilha de Pôrto Rico e não reconhecera, de direito, sua derrota. Continuou considerando as Nações Hispano-Sul-Americanas como Colônias, ou pelo menos, Reinos, que ainda se mantinham vinculados à Coroa de Espanha. Até 1864, não havia reconhecido a independência do Peru. Em 1846, o general Ramon Castillo, que governava o Peru, foi informado de que a Espanha se preparava para promover a recolonização do Peru, apoiada no Equador. Informou disso os outros Governos sul-americanos, pedindo-lhes agissem, sempre, de comum acôrdo. Mais tarde, em 1861, os espanhóis reconquistaram São Domingos, entregue, sem luta, pelo seu Presidente, general Santana, demonstrando suas possibilidades e seus propósitos de promover a recolonização de algumas áreas hispano-sul-americanas. O general Ramon Castillo, Presidente do Peru, protestou e alertou as outras nações sul-americanas, visando a evitar novas anexações. Em 1863, o Presidente Castillo negou também seu beneplácito a um cônsul, acreditado pela Espanha, no Peru, alegando ser êsse diplomata um notório inimigo dêste país.

Em 1865, apareceu no Pacífico uma esquadra poderosa, comandada pelo almirante Pinzon, trazendo um diplomata espanhol com o título de "Conmissário Especial". Dirigia-se êle ao Peru, para apurar um incidente ocorrido com um espanhol na fazenda de Talambo, no vale do Jaquetepeque e promover negociações, a fim de receber a dívida, que o Peru tinha com a Espanha, resultante do Armistício de Ayacucho.

Diga-se de passagem que a Espanha considerava o Armistício de Ayacucho como uma trégua. Não o reconheceu como um Tratado de Paz. Tinha-o como uma trégua, entre as suas fôrças e as fôrças patriotas, querendo afirmar, com isso, que, para ela, as Nações, que se tinham constituído na área do Pacífico, continuavam sendo suas Colônias.

Êsse Comissário, Salazar y Mazarredo, se apresentou ao Govêrno peruano, reivindicando em primeiro lugar, a prisão de determinados cidadãos peruanos que tinham morto o espanhol em Talambo e, em segundo, o pagamento das dívidas alegadas.

Naturalmente, o Govêrno peruano, representado pelo general Juan Antonio Pezet, não admitiu as reivindicações do Comissário Espanhol, nem lhe reconheceu êsse título, uma vez que o Peru não era mais Colônia da Espanha, tendo passado o tempo, em que o Rei para lá mandava seus Comissários, Juízes de Residência e Visitadores. No momento, o Peru era Nação independente, que só reconhecia êsse diplomata espanhol como Plenipotenciário. O representante espanhol Salazar y Mazarredo responsabilizou, então, o Govêrno peruano, pelo que pudesse ocorrer e sem outras explicações abandonou Lima, refugiando-se no navio-almirante da Esquadra. Dois dias depois dêsse incidente, a Esquadra espanhola desembarcou tropas nas Ilhas Chinchas, produtoras de guano, riqueza, que na época, sustentava a economia do Peru, aprisionou sua guarnição e o transporte de guerra peruano "Iquique" e arriou a bandeira peruana dos próprios nacionais na ilha.

O Govêrno de D. Juan Antonio Pezet, depois de protestar, inùtilmente, junto ao Govêrno espanhol, se viu obrigado a entrar em entendimentos com o almirante Pinzon. Êste se comprometeu a desocupar as ilhas Chinchas desde que o Peru lhe pagasse, de imediato, três milhões de pesos, a título de indenização das despesas realizadas por sua Esquadra e reconhecesse o Comissário Especial. Êsse acôrdo não só abalou, profundamente, a opinião peruana, como levantou a opinião pública de todos os países da costa do Pacífico, que viram, no incidente com o Peru, um precedente que, de futuro, poderia atingir a cada um dêles.

Em conseqüência do humilhante tratado assinado pelo general Vivanco e o almirante Antonio Pareja, que substituíra Pinzon, houve uma insurreição no Peru. O govêrno de Pezet foi substituído pelo chefe da insurreição, coronel Mariano Prado — Prefeito de Arequipa.

b — Síntese das atividades militares

Os chilenos protestaram contra a ocupação das ilhas Chinchas e impugnaram o tratado Vivanco-Pareja. O representante espanhol no Chile acolheu bem a gestão chilena, mas o almirante Pareja sentiu-se ofendido e mandou bloquear cêrca de 50 portos chilenos.

O Chile, depois disto, resolveu tomar atitude mais ativa. Em vez de simples protestos, proibiu que os navios espanhóis se abastecessem nos seus portos. Pareja desconheceu essa proibição, chegou ao pôrto de Valparaiso e exigiu que seus navios fôssem abastecidos. O Chile recusou. Pareja deu 48 horas para ser cumprida essa exigência, na qual incluiu mais o hasteamento do pavilhão espanhol, na fortaleza de Valparaiso e nos prédios oficiais da cidade.

O Chile, naturalmente, em face das exigências descabidas e humilhantes, declarou guerra à Espanha, apesar de possuir apenas uma corveta, a "Esmeralda", enquanto a Espanha possuía uma Esquadra, constituída de várias unidades. Mas, a corveta chilena habituada a navegar junto às costas de seu país, perseguida pela canhoneira espanhola "Cavalonga", conseguiu, num lance feliz, aprisioná-la. O Comandante Pareja sentiu-se tão desmoralizado, que se suicidou.

Substituiu-o, no comando, o brigadeiro Castro Mendez Nuñes, que havia chegado ao Pacífico, trazendo reforços, que incluíam as fragatas encouraçadas "Almanza" e "Numância".

Entrementes, o Presidente Manuel Prado iniciara gestões para formar com o Chile uma aliança defensiva e ofensiva, a qual foi ratificada pelos dois governos, em 14 de janeiro de 1866. Convidados a aderir a essa aliança, firmaram, sucessivamente, o Tratado respectivo, os governos da República do Equador, em 30 de janeiro, o da Bolívia, em 22 de março. O Presidente Prado, do Peru, por sua vez, declarou guerra à Espanha e anulou o Tratado Vivanco-Pareja, logo depois de firmada a Aliança com o Chile.

O Peru reforçou, imediatamente, a Esquadra Chilena com seus navios, enquanto apressava a marcha dos seus encouraçados "Huascar" e "Independencia", adquiridos na França e que haviam zarpado de Brest, em 17 de janeiro de 1866.

O Brigadeiro Mendez Nuñes não ficara, porém, inativo. Não tendo conseguido interceptar os navios peruanos em movimento, de Callao para o sul, decidiu enfrentar as fôrças navais inimigas, reunidas na costa chilena, para acolherem os navios peruanos, que vinham da França. Travou-se, então, o combate naval de Abtao, em 7 de fevereiro, retirando-se os navios espanhóis para Valparaiso. Em 31 de março, Mendez, depois de enviar avisos ao corpo diplomático, bombardeou durante três horas o pôrto de Valparaiso.

Depois dêsse bombardeio, que levantou um protesto unânime do corpo diplomático, Mendez Nuñes dirigiu-se a Callao e tentou fazer o mesmo. Mas, Callao era uma fortaleza poderosíssima, que lhe infligiu perdas muito maiores do que as causadas no Chile. Depois disto, dirigiu-se para San Lorenzo para reparar avarias e, em 10 de maio, abandonou as águas do Pacífico por ordem da Espanha, que sofreu violenta pressão da opinião pública internacional, inclusive dos Estados Unidos e da Inglaterra.

c — Conseqüências Gerais

É preciso notar nesta guerra uma conseqüência importante. Representou uma trégua no quadro das rivalidades e conflitos que existiam entre as Nações do Pacífico, as quais os esqueceram para se unirem num esfôrço comum de defêsa de suas soberanias ultrajadas, ou apenas, ameaçadas.

A presença da Espanha e a sua atuação nas águas do Pacífico mostrou, materialmente, a possibilidade de uma tentativa de recolonização e uniu, num gesto de defesa mútua, tôdas as Nações dessa área.

Reapareceram, assim, aquêles velhos anseios de Bolivar e de San Martin, visando a organização de um sistema de segurança coletiva entre os países da América do Sul, intentados, sem êxito, na Conferência de Panamá, em 1824.

A Argentina protestou contra a ocupação das ilhas Chinchas, mas se negou a subscrever o Tratado da Quadrúpla Aliança em face dos problemas que enfrentava na área platina.

O Chile demonstrou, mais uma vez, a determinação de defender sua soberania, qualquer que fôsse o adversário a enfrentar, granjeando, inclusive, a simpatia da opinião pública internacional, e decidiu aparelhar sua esquadra.

O Peru, depois da hesitação inicial de seu govêrno, encontrou no seu povo o apoio indispensável à defesa de sua honra nacional ultrajada, pelo Tratado Vivanco-Pareja e confirmou sua tradição de primeira potência naval do Pacífico.

A Espanha, em face do seu insucesso, reconheceu, mais tarde, a independência do Peru, o que se negara a fazer até então.

5 — GUERRA DO PACÍFICO (1879-1881)

a — Causas da Guerra

A chamada Guerra do Pacífico foi um conflito, travado entre o Chile de um lado, o Peru e a Bolívia aliados, do outro, no período de 1879 a 1881.

A origem dessa guerra está ligada à questão de limites, entre aquêles países e, principalmente, às questões de ordem econômica.

Sôbre a primeira causa, vale a pena recordar, como se apresentava, neste trecho, a costa do Pacífico, do ponto de vista político-administrativo, durante o período colonial.

Os limites, mais ou menos definidos, eram o rio Loa até Quillaga e daí por um linha reta até encontrar as nascentes daquele rio, entre o Vice-Reinado do Peru e a Intendência de Potosi. Entre essa Intendência e a Capitania-Geral do Chile, o limite era definido pelo rio Paposo e deserto de Atacama, êste com cêrca de 1.000 km de extensão. As Constituições chilenas de 1822, 1828 e 1833 (esta vigente ao ser iniciada a guerra) diziam que o território do Chile se estendia do despovoado de Atacama até o cabo de Horn. A Província chilena mais setentrional era, de acôrdo com a sua organização política, a de Coquimbo, e seu limite norte era o Deserto de Atacama.

A Intendência do Potosi fôra parte da Presidência de Charcas, que, inicialmente, estivera subordinada ao Vice-Reinado do Peru e fôra incorporada, em 1776, ao Vice-Reinado do Prata. Mas, o Vice-Reinado do Peru continuou com jurisdição eclesiástica e militar sôbre o Deserto de Atacama até o paralelo de 25º. O rio Paposo, segundo o Vice-Rei Fernando Abascal, era limite comum aos Vice-Reinados do Peru, Vice-Reinado do Prata e Capitania-Geral do Chile.

Quando o Chile e a Bolivia se tornaram independentes, herdaram, respectivamente, os territórios da Capitania-Geral do Chile e da Presidência de Charcas e o problema da determinação de suas fronteiras passou a ser tratado diplomàticamente. O Chile reclamava a área do paralelo de 20º para o sul e a Bolivia reivindicava a área do paralelo de 26º para o norte. Cada país apresentava títulos de posse das áreas respectivas. Ocorreu, entretanto, que exploradores chilenos descobriram o guano, no Deserto de Atacama, e uma lei chilena de 31 de outubro de 1842 declarou de propriedade nacional os "guaneiros", que existissem na Província de Coquimbo, no litoral de Atacama e ilhas adjacentes. A Bolívia, logo que conheceu essa lei, protestou, mas o Govêrno chileno não a derrogou, fazendo com que a goleta chilena "Janequao" hasteasse a Bandeira da República em Punta del Angamos, assinalando, dessa forma, o limite norte da República. A Bolívia continuou com suas gestões diplomáticas, mas o Chile começou a exportar o guano como adubo, para os mercados estrangeiros, e, em conseqüência, tôda a área disputada ganhou grande significação econômica. A Bolívia propôs, então, ao Chile, em 1857, o paralelo de 25º como limite sul, mas o Chile exigiu o de 23º. A Bolívia propôs, em conseqüência, que a questão fôsse submetida à arbitragem da Inglaterra, sem lograr aceitação para sua proposta. Nessas alternativas se produziu a guerra com a Espanha e a formação de Quádrupla Aliança com o arrefecimento de tôdas as divergências e ressentimentos entre os dois países. Na presidência de Melgarejo, que ascendera ao poder com o auxílio dos chilenos, a questão tomou outro rumo.

Entrementes, o Peru havia descoberto espessos depósitos de salitre nas Provincias de Tacna e Tarapacá.

O guano e o salitre, êste tratado por técnicos alemães, revelaram-se de alto valor comercial e, embora sob exploração predatória, passaram a participar com 75% da receita do Peru.

Mas, os chilenos descobriram, também, o salitre no Deserto de Atacama, em imensos depósitos, e a prata, até então, ignorada.

Com a intensificação da exploração do salitre pelos chilenos, empregando técnicas mais aperfeiçoadas, passou êste produto a fazer concorrência ao "guano" e ao salitre peruanos, ameaçando a economia do Peru. Êste concordou, então, em admitir capitais chilenos na exploração do salitre de Tarapacá.

A Bolívia, por sua vez, acompanhava, com atenção, a atividade dos mineradores chilenos na região de Atacama, explorando parte das riquezas, que pretendia lhe pertencerem. Renovou seus protestos junto ao Chile e, em 1886, chegou-se a um acôrdo inicial, graças ao Presidente Melgarejo, da Bolívia, mediante o Tratado firmado em 10 de agôsto de 1866.

O Chile reconheceu a posse da Bolívia ao norte do paralelo de 24º e esta a posse chilena ao sul dêsse paralelo. Além disso, o Tratado estabeleceu o usufruto em comum da exploração de tôdas as substâncias minerais entre os paralelos de 23º e 25º. As receitas das taxas de exportação seriam divididas entre os dois países. O Chile pagaria, assim, cêrca de quarenta mil pesos pela exploração da região entre os paralelos de 24º e 23º, recebendo da Bolívia o que correspondesse à exploração de produtos entre os paralelos de 24º e 25º.

Realizado o acôrdo, o Chile inverteu cêrca de 1.000.000 de libras na região de exploração. Foram fundadas as cidades de Antofagasta, Mejillones, Tocopilla e Cobija e se iniciou, em grande escala, a exploração do salitre e da prata.

A Bolívia, entretanto, não deu cumprimento total ao acôrdo celebrado. Aumentou as taxas de exportação na sua área e não pagou a parte chilena. Foi celebrado, então, nôvo acôrdo, em 1874, segundo o qual o Chile reconheceu a posse definitiva da Bolívia ao norte do paralelo de 24º e a Bolívia, a posse chilena ao

Sul do referido paralelo e prometeu não aumentar mais as taxas em sua área entre os paralelos de 24º e 23º. Em 1875, firmou-se um Convênio estabelecendo que qualquer reclamação, surgida na execução do Tratado de 1874, seria objeto de arbitragem.

Em 1873, o Peru decidiu tirar partido da exploração de salitre pelos chilenos, na Província de Tarapacá e decretou o monopólio dêsse produto. Exigiu, e o Chile concordou, que tôda a produção de salitre fôsse negociada por intermédio do Govêrno Peruano. Em seguida promoveu a compra, sem contestação por parte do Chile, de tôdas as instalações chilenas nessa área, mediante pagamento parcelado. Como não pudesse pagar a dívida contraída, expropriou as instalações chilenas e não pagou a indenização devida. Ainda, assim, o Chile não reagiu, pois reconhecia a soberania peruana na área de Tarapacá e de Tacna.

Para tomar essa medida, o Peru assinara, em 1873, um Tratado de Aliança ofensiva e defensiva com a Bolívia, o qual permanecia em caráter secreto.

Em 1876, assumiu o Govêrno da Bolívia Hilarión Daza, caudilho de baixa estirpe, extremamente atrabiliário. Como medida para melhor se beneficiar da exploração chilena do salitre na área de Atacama, apoiado pelo Congresso boliviano, desrespeitou o Tratado celebrado em 1874 com o Chile e aumentou as taxas de exportação, passando as emprêsas mineradoras a pagar dez centavos por quintal de salitre exportado em vez de 10%, como fôra estabelecido no Tratado. Corria, então, o ano de 1878 e o Chile notificou o Govêrno boliviano de que a nova taxa violava o Tratado de 1874 e apelou para o arbitramento. Não sendo atendido, resolveu apoiar a Companhia de Salitre de Antofagasta em sua resolução de não pagar as taxas fixadas e pedir rescisão do contrato.

Em face disto, Hilarión Daza, sentindo-se apoiado pelo Peru, desapropriou as jazidas da Companhia Antofagasta, colocando-as em hasta pública. O Chile enviou uma nota "ultimatum" à Bolívia, dando-lhe prazo para responder taxativamente "se aceitava ou não" o arbitramento para decidir sôbre a rescisão do Contrato da Companhia. Como não recebesse resposta no prazo estipulado o Chile organizou um Destacamento sob o comando do Coronel Sotomayor e ocupou a área de Antofagasta, em 14 de fevereiro de 1879, bloqueando os portos de Tocopilla e Cobija.

A Bolívia declarou guerra ao Chile e, ato contínuo, tornou público o Tratado Secreto, que tinha com o Peru. O Chile, por sua vez, declarou o estado de beligerância com a Bolívia em primeiro de março e pediu satisfações ao Peru. Êste confirmou a existência e a validade do Tratado com a Bolívia, levando o Chile a declarar-se em guerra com o Peru, em 5 de abril de 1879. Iniciou-se, assim, a chamada guerra do Pacífico.

Do que foi exposto, sumàriamente, podemos apresentar como causas dessa guerra:

A indefinição dos limites, entre o Chile e a Bolívia, na área do Deserto de Atacama, mercê da imprecisão dos limites coloniais entre a Intendência do Potosi e a Capitania Geral do Chile e da aplicação do "uti-possidetis" de 1810, erigido em doutrina para definição do território dos Estados, que surgiram da Revolução da Independência e da jurisdição militar e eclesiástica, atribuída ao Vice-Reinado do Peru sôbre essa área, até 1808.

— A descoberta do "guano" e, posteriormente, da prata e do salitre, por exploradores chilenos nessa área, e o valor adqüirido pelo salitre na balança comercial chilena, despertando na Bolívia o propósito de participar adequadamente da exploração dessa riqueza, em área, que sustentava pertencer-lhe.

— A competição que o guano e o salitre chilenos passaram a fazer, nos mercados internacionais, aos produtos similares produzidos pelo Peru, nas Províncias de Tacna e Tarapacá, levando êsse país a admitir a participação de capitais chilenos na exploração dêsse produto para, escorado em Tratado de Aliança com a Bolívia, expropriá-las, posteriormente, sem indenização.

— A incapacidade da Bolívia para explorar as riquezas descobertas em áreas que lhe pertenciam, no Deserto de Atacama, mercê de sua posição geográfica e da instabilidade política, levando-a, a fazer concessões exageradas ao Chile, mediante tratados e convênios, que não pretendia ou não podia cumprir.

— A violação pela Bolívia dos Tratados de 1866 e, posteriormente, do Tratado de 1874 e Convênio de 1875, obrigando o Govêrno chileno a defender as emprêsas industriais chilenas, que tinham investido vultosos capitais na exploração do salitre, confiadas na validade das concessões, que receberam e na garantia de tratados assinados pelos governos do Chile e da Bolícia, as quais tiveram seus bens expropriados, unilateralmente, pelo Govêrno boliviano.

— A ocupação de Antofagasta por fôrças terrestres chilenas, seguida do bloqueio naval de Tocopilla e Cobija.

b — Síntese das operações

(1) As fôrças em presença

O Chile, por essa época ,já era uma nação poderosa e ameaçava o poderio peruano, particularmente, no domínio do mar.

Desde a guerra com a Espanha, procurara modernizar e ampliar sua Esquadra. Mandou construir na Inglaterra a corveta "O'Higgins" e a "Chacabuco"; comprou na Espanha os navios couraçados "Vitória" e "Arapiles" e nos Estados Unidos o "Idaho". Entre 1874 e 1875, foram incorporados à Esquadra dois couraçados modernos, gêmeos, de 3.560 Tdw, o "Blanco Encalada" e o "Almirante Cochrane". Dispunha, ainda, de dez transportes a vapor da Companhia Sul-Americana.

Contava com cêrca de 2,5 milhões de habitantes e seu Exército numerava 2.500 homens, bem instruídos e equipados. Em 1878, as exportações chilenas subiram a 31,9 milhões de pesos e as importações a 25,2 milhões.

O Peru tinha na sua fragata "Independência" de 2.000 t. construída na Inglaterra, seu principal navio de guerra, além de um monitor blindado muito veloz, o "Huascar" e navios de madeira, como o "Union", o "Pilcomaio", o "Ataualpa" e o "Manco-Capac", êstes dois últimos de 2.100 t., do mesmo tipo, adquirido nos Estados Unidos. A Bolívia não possuía Esquadra.

Relativamente à população, o Peru tinha três milhões de habitantes e a Bolívia dois milhões, perfazendo um total de 5.0 milhões de habitantes, o dôbro da população chilena.

Quanto ao Exército, o Peru tinha 5.600 homens em armas e a Bolívia tinha 3.000 homens. Mas o comando, a organização e o equipamento dessas fôrças deixavam muito a desejar. Da população da área salitreira da Bolívia, 95% eram chilenos. Na Província de Tarapacá, com cêrca de 55.000 km² e população de 26,6 mil habitantes, 17.000 pessoas eram peruanas e mais de 75% das restantes eram chilenas.

Verifica-se, portanto, que o balanço das Fôrças Terrestres era, quantitativamente, favorável à Aliança e o de Fôrças Navais mais favorável ao Chile. Quanto aos aspectos geográficos do Teatro de Operações, o balanço era, até certo ponto, favorável ao Chile, pois se encontrava mais próximo dos primeiros objetivos das operações militares.

O Chile, isolado no fim do Continente, podia receber suprimentos da Europa, através do estreito de Magalhães e fiscalizar o recebimento de suprimentos pelo Peru e Bolívia, daquela procedência. Além disso, o Chile possuía instalações próprias no Deserto de Atacama, uma população já identificada com essa região, ao contrário da população boliviana, habituada à vida do planalto. O Peru, por sua vez, teria dificuldade para concentrar e suprir suas fôrças na área desértica de Tarapacá sem o domínio do mar. O Chile já contava com razoável efetivo de população na área. Graças a essa situação, o Chile ocupou, quase sem resistência, tôda a área salitreira do Deserto de Atacama, na primeira fase da guerra. Enquanto essa operação se processava, o Chile continuava mobilizando suas fôrças e negociava com o Peru.

(2) Operações Marítimas

Logo que foi declarada a guerra ao Peru, o Chile sentiu a necessidade de destruir a Esquadra peruana, a fim de adquirir liberdade de ação nas águas do Pacífico.

No combate naval de Iquique perdeu a corveta de madeira "Esmeralda" e o Almirante Pratt foi morto heròicamente, mas conseguiu neutralizar o "Independencia" — navio capitânea da Esquadra peruana, encolhando-o.

Mas o almirante peruano Artur Grau, no comando do "Huascar", empreendeu resoluta guerra de côrso, atacando portos chilenos e causando inúmeras perdas e danos às instalações de caráter vital para prosseguimento das operações, notadamente, em Antofagasta. Em 8 de outubro de 1879, o "Huascar" foi aprisionado e morto seu bravo comandante o Almirante do Pacífico, Artur Grau, numa operação, em que interferiu quase tôda a Esquadra Chilena.

Daí por diante, o Chile contou com grande superioridade naval e domínio do mar. Desenvolveu suas operações em terra com ampla liberdade para suprir suas fôrças.

Antes de declarar guerra ao Peru, o Chile, ràpidamente, ocupou o Deserto de Atacama, sem que a Bolívia pudesse interferir.

(3) Operações Terrestres

Ocupada, ràpidamente, a área do Deserto de Atacama, o Chile fêz de Antofagasta sua base para empreender as operações e conquistar a Província peruana de Tarapacá. O único inconveniente, apresentado por essa região, era a escassez de recursos, notadamente, de água, uma vez que a Bolívia não possuía condições para reconquistá-la. Conquistado, porém, o domínio do mar, êsse inconveniente foi, inteiramente, superado, pois o Chile dispunha de transportes marítimos suficientes para suprir suas fôrças em víveres e forragens, sendo a água potável obtida com a utilização das águas do mar, graças ao equipamento de condensação, existente no pôrto de Antofagasta.

Os chilenos concentraram, pois, em Antofagasta o grosso de suas fôrças, no valor de cêrca de 16.000 homens, ocupando com destacamentos poderosos, Tocopilla, Mejillones e Cobija. Um destacamento, sob o comando do coronel Lago, cobriu a reunião do grosso no curso inferior do rio Loa, cortou a ligação da Bolívia com Tarapacá e excursionou com êxito até Huanchaca, cortando as ligações da Bolívia com a Argentina.

O Presidente do Peru, General Mariano Ignacio Prado, nomeou o general Juan Buendia, Comandante-em-chefe do Exército. Êste decidiu concentrar suas fôrças na Província de Tarapacá, onde havia cobertura, desde o início da tensão diplomática. A concentração se operou em Iquique, com destacamento em Pisagua. Em Arica, foi concentrado um Exército de Reserva no valor de 4.000 homens, dispondo Buendia, em Iquique, de cêrca de 4.000 homens prontos para operar.

A Bolívia, dada a falta de vias de transporte, se decidiu a reforçar, apenas, a atuação do Peru. O Presidente da Bolívia, general Hilarion Daza, assumiu o comando do Exército e decidiu concentrá-lo na Província de Tacna. Depois de vencer, em 12 dias, os 450 kms, que separam La Paz de Arica, os primeiros elementos do Exército boliviano chegaram a Tacna, em 30 de abril de 1879.

Em fins de outubro de 1879, o general Buendia dispunha em Tarapacá de cêrca de 10.600 homens, dos quais 9.600 eram de Infantaria, com reservas no valor de 6.000 homens, em Tacna, onde se instalara o Quartel-General do Diretor Supremo da Guerra, cargo desempenhado pelo Presidente Prado, secundado pelo General Hilarión Daza, Presidente da Bolívia.

As fôrças chilenas, reunidas no Deserto de Atacama, constituíam o Exército do Norte sob o comando do General Erasmo Escala e numeravam cêrca de 10.400 homens. O Exército de Reserva, reunido nas proximidades de Santiago, numerava 5.200 homens. Havia, ainda, um Destacamento com cêrca de 1.800 homens, fazendo face à permanente revolta das tribos de Arauco e depósito de substituição.

O objetivo chileno era, inicialmente, ocupar as Províncias de Tarapacá e Tacna para depois levar a guerra ao coração do Peru, em Lima. Depois de larga discussão foi eleita a área de desembarque na Província de Tarapacá. Escolheu-se a região, entre Pisagua e Junin, devendo o grosso desembarcar em Pisagua.

Os Aliados, por sua vez, haviam dado grande atenção à defesa de Pisagua, uma vez que era o pôrto de acesso a Tarapacá e de ligação com Arica.

O comboio de transporte chileno foi constituído com quatorze navios de transporte, escoltados pelos encouraçados "Cochrane" e "O'Higgins" e duas corvetas. Conduzia 9.200 homens. Passou ao largo de Pisagua, na noite de 1 para 2 de novembro de 1879 e pela manhã de 2, os encouraçados iniciaram o bombardeio das baterias, que defendiam o pôrto. Cêrca de onze horas as Fôrças Terrestres desembarcaram em Playa Blanca e mais tarde, em Junin, e se apoderaram do Alto do Hospício. Em face dêsse êxito, o General Buendia determinou a retirada de suas fôrças e os chilenos ocuparam Pisagua, privando os peruanos de suas ligações com Arica, colocando-os em grave situação militar.

Com a posse de Pisagua, os chilenos desembarcaram o restante de seus meios e tomaram disposições para alargar a cabeça de praia. O coronel Sotomayor, à frente de 6.000 homens, ocupou a campina de Dolores, apoderando-se de parte da estrada de ferro de Pisagua a Água Santa e dos poços de água da região.

Informado dêsse insucesso, o General Prado reuniu o Alto-Comando. Decidiu-se, então, que o General Buendia atacaria os chilenos em Dolores, em combinação com as fôrças bolivianas, que seriam transportadas por estrada de ferro para Arica e daí para Tana, donde marchariam para o sul, a fim de cortar as ligações de Dolores com Pisagua e atacar os chilenos pela retaguarda.

Colocado entre os dois grupamentos de fôrça do inimigo, o General Escala decidiu manobrar em posição central. Atirou suas fôrças contra Buendia e as derrotou em 19 de novembro de 1879, no combate de Dolores e depois voltou-se para o norte para enfrentar Hilarión Daza. Êste, informado da derrota dos peruanos, se retirou, precipitadamente, de Tana para Arica e dali para Tacna, deixando que os chilenos ocupassem tôda a Província de Tarapacá.

Em face dessas derrotas sucessivas, a opinião pública do Peru entrou em ebulição. O Presidente Prado transportou-se para Lima, onde tomou algumas providências, mas não conseguiu aplacar as manifestações de descontentamento. D. Nicolas Piérola aproveitou essas circunstâncias e com o apoio da Guarnição de Lima se proclamou Chefe-Supremo da República. As fôrças bolivianas de Tacna tinham, por sua vez, perdido tôda a confiança em Hilarión Daza e se sublevaram. Hilarión Daza fugiu para Arequipa, onde informado dos acontecimentos em Lima e de que, em La Paz, lavrava também a insurreição, embarcou para a Europa. O General Narciso Campero substituiu Daza, na Presidência da República da Bolívia.

No Chile, a autoridade do Presidente Anibal Pinto se firmou, definitivamente. Seu Ministro da Guerra, General Sotomayor, verdadeiro responsável pelo êxito da operação, em face de desentendimentos com o General Erasmo Escala, pediu demissão do cargo, mas o Govêrno e o povo chilenos exigiram que continuasse no desempenho de suas funções.

Com a ocupação de Tarapacá, o Chile coroou seu primeiro objetivo de guerra e obteve maiores recursos para continuá-la. Como o inimigo se mostrava disposto a resistir, discutiram-se novos planos de operação. De início, os chefes chilenos estudaram o ataque direto a Lima, mas acabaram se fixando na idéia de ocupar Tacna e Arica, antes de levarem a guerra à área de Lima.

Os Aliados, por sua vez, trataram de reorganizar suas fôrças. O Contra-Almirante Lizardo Montero, designado por Prado para substituir Buendia, no Comando do Exército, foi confirmado nesse pôsto pelo Ditador Nicolás Piérola, apesar de ter nêle um inimigo pessoal e político. Narciso Campero, Presidente da Bolívia, assumiu o comando do Exército dêsse país. Nicolás Piérola determinou, ainda, a criação do Segundo Exército peruano, que devia se reunir em Arequipa e Moquegua e ficaria sob seu comando pessoal.

Depois de algumas operações preliminares, sob a forma de incursões e bombardeios de portos peruanos, como Mollendo e Arica, as fôrças chilenas, no valor de 13.000 homens, desembarcaram em Ilo e Pacocha, ao norte de Arica, e logo depois apoderaram-se de Moquegua. Estava iniciada a campanha de Tacna.

Os desentendimentos entre o Ministro da Guerra, General Sotomayor, e o General Erasmo Escala, acabaram por impor a substituição do Comandante-em-Chefe pelo General Manoel Baquedano, o vencedor de Moquegua.

Decidida a ocupação de Tacna e depois de reunidos os meios necessários, o General Baquedano iniciou o movimento preliminar para atingir seu objetivo. Depois de uma marcha de 60 dias, através do deserto, o Exército chileno, com 20.000 homens, ocupou sua base de partida em Quebrada Hondo para atacar as fôrças da Aliança, que se tinham instalado no Alto de La Alianza, em defesa de Tacna.

Em 26 de maio de 1880, travou-se a batalha, na qual se empenharam cêrca de 35.000 homens, com perdas, que subiram a 8.000 homens, dos quais 5.000 chilenos.

Com a vitória obtida em Alto de La Alianza, os chilenos conquistaram todo o sul do Peru até a linha do rio Moquegua

Permaneceu em mãos aliadas, sòmente, o pôrto de Arica, defendido por parte do Primeiro Exército peruano sob o comando do Lizardo Montero, mas bloqueado pela Esquadra chilena.

O pôrto de Arica estava muito bem defendido por organizações costeiras e os canhões do encouraçado "Manco Capac", transformado em fortaleza flutuante. Além disso, o Môrro de Arica de 206 metros de altitude, que domina o pôrto pelo sul e os cerros Cabras e La Cruz, mais ao Sul, estavam poderosamente fortificadas. Os efetivos, encarregados da defesa da praça, contavam com 2.000 homens, sob o comando Coronel peruano Francisco Bolognesi, que recebeu instruções para defender a praça até o último homem, fazendo-a voar pelos ares se necessário.

O General Baquedano, em perfeito acôrdo com o almirante La Torre, comandante da Esquadra, que bloqueava o pôrto de Arica, organizou uma divisão de 6.500 homens, sob o comando do Coronel Lagos, para atacar a praça. No dia 7 de junho de 1880, fortemente apoiado pelo fogo da Esquadra, foi iniciado o ataque, ao amanhecer e, já, às nove horas, cessava a luta em todos os setores, flutuando a Bandeira chilena no Morro de Arica, saudada pela explosão do "Manco Capac", afundado pelos seus tripulantes, com poderosas cargas de dinamite.

Com a conquista de Arica, o Chile completou a ocupação do Sul do Peru. As operações entraram em ritmo lento e os chanceleres europeus se movimentaram para pôr fim à guerra. Os Governos da Inglaterra e dos Estados Unidos, através de seus embaixadores em Lima, Santiago e La Paz, conseguiram reunir os plenipotenciários dos três países beligerantes a bordo do "Lackawanna", navio de guerra norte-americano, fundeado no pôrto de Arica, numa Conferência de Paz. A primeira reunião realizou-se, em 22 de outubro de 1880. Outras se lhe seguiram, sendo apreciada a proposta peruana, para que tudo voltasse à situação de antes de 14 de fevereiro de 1879, exigindo ainda indenização pelos prejuízos causados pela guerra, que foi tachada de injusta. O Chile exigiu, por sua vez, a ocupação definitiva dos territórios perúvio-bolivianos até o rio Camarones (paralelo 20°), a ocupação temporária de Tacna e de Arica e uma indenização de 20 milhões de pesos.

Em face de propostas tão dispares a Conferência se encerrou, sem que se chegasse a um acôrdo. A Bolívia ofereceu ao Chile, a Província de Tacna e de Arica, em troca de uma Aliança, mas aquêle país recusou participar dessa manobra divisionista. E a guerra continuou.

Dissolvida a Conferência de Arica, o Govêrno chileno, apoiado pela opinião pública, iniciou os preparativos para a con-

quista de Lima. Decidida a ofensiva, iniciou-se a mobilização de um Exército de 50.000 homens, dos quais 30.000 deviam operar sôbre Lima. Escolheu-se a região ao sul da Capital do Peru, como área de desembarque.

Organizado o Exército de Operações, forte de 30.000 homens, sob o comando do general Baquedano, se iniciaram as operações, em 12 de novembro de 1880, com o embarque do primeiro escalão de fôrças em Arica, visando a ocupar os vales do Ica. Pisco e Chincha. Em 30 de novembro, essa operação preliminar, estava terminada, sem encontrar resistência séria. Em 7 de dezembro, se iniciou o transporte do grosso do Exército, partindo de Arica e, a 27 dêsse mês, as últimas unidades desembarcaram na área, com destino ao vale do rio Lurin, ao sul de Lima. Alí, foram bem acolhidos por inúmeros colonos chineses, radicados nessa região.

O Ditador Nicolás Piérola tinha, entretanto, desenvolvido grande atividade. Foram organizados quatro Corpos de Exército com cêrca de 24.000 homens, os quais constituíram o Exército de Lima, encarregado da primeira linha de defesa, chamada San Juan e mais dois Corpos de Exército, somando 6.000 homens, constituindo o Exército de Reserva, encarregado da segunda linha de defesa, em Miraflores. Contava-se mais com o Exército de Arequipa, "Colunas Volantes", constituídas por policiais e uma "Coluna de Honra", organizada com oficiais. Tôdas essas fôrças estavam sob o comando de Nicolás Piérola, que se entendia, diretamente, com os comandantes de Corpo de Exército, sem embargo de terem sido designados comandantes, do Exército de Lima, o General Vargas Machuca e do Exército de Reserva, o Coronel J. N. Vargas. Essa original constituição do comando iria produzir maléficos frutos, na fase aguda das operações. Além disso, profundas e poderosas fortificações foram organizadas ao Sul de Lima.

Concentrado o Exército, na região de Lima, o General Baquedano iniciou seus reconhecimentos, visando a precisar a posição defensiva peruana, travando-se, então, os combates de Rinconada e Pampa Grande. Em 13 de janeiro de 1881, foi desencadeado o ataque. A resistência foi dura, mas as posições peruanas foram sendo conquistadas sucessivamente. Em 14 de janeiro de 1881, a primeira linha de defesa foi conquistada com cêrca de 6.000 baixas peruanas e a 4.000 chilenos e o Exército chileno precisava reorganizar-se. Isidoro Errázuriz foi mandado ao Morro Solar, para parlamentar com Piérola, visando à obtenção de um Armistício. Em Lima, a expectativa era grande e o Corpo Diplomático, reunido por iniciativa do Ministro da Itália, decidiu abrir negociações formais. Depois de obter o consentimento de Piérola, uma delegação se reuniu com os chilenos no Quartel-General de Chorrillos. Não se chegou, porém, a um acôrdo e, no dia 15, as operações foram reiniciadas.

Reorganizadas suas fôrças, graças à trégua obtida em 14, o General Baquedano, no dia 15 de janeiro, atacou a linha de Miraflores e em fins de jornada tinha conquistado a segunda linha de defesa peruana e aberto o caminho para Lima. Nessa cidade, a situação era caótica. As massas populares insatisfeitas com seus dirigentes fizeram recair tôda sua cólera sôbre os chineses. Bairros inteiros, habitados por êles, foram saqueados e incendiados. O Alcaide de Lima, coronel Torrico, em face dessa situação, resolveu, acompanhado de alguns plenipotenciários estrangeiros, dirigir-se ao Quartel-General inimigo, para entregar a cidade aos chefes chilenos. Na tarde do dia 17, o General Baquedano organizou uma Divisão sob as ordens do General Saavedra, nomeado Governador de Lima, e ocupou a cidade. No dia 18, a Divisão Lynch ocupou Callao e o General se instalou no Palácio do Governador em Lima.

Entretanto, parte das fôrças, que tinham defendido Lima, logrou retirar-se, sob às ordens de Piérola e se dirigiu para o interior, visando à continuação da guerra. Outras fôrças foram levantadas por Montero e o Exército de Arequipa sob o comando de Pedro Solar estava intacto.

Mas, as dissensões políticas não tardaram a surgir. Garcia Calderon se levantou contra a autoridade de Piérola, sendo apoiado pelo Exército de Arequipa e o Almirante Montero. Em conseqüência, Piérola abandonou o país, dirigindo-se para a Europa e Garcia Calderon assumiu o govêrno. Mas o Coronel Cáceres se rebelou em Ayacucho e Calderon abandonou o poder, sendo substituído por êle, que se firmou no Govêrno.

Os chilenos promoveram, metòdicamente, a ocupação dos pontos estratégicos de tôda a costa e reduziram o Exército de ocupação para 20.000. O Presidente Domingo Santa Maria, que substituíra Anibal Pinto, resolveu ativar as providências, visando à paz com o Peru. As operações contra os remanescentes das fôrças peruanas foram retomadas, com a organização de vários Destacamentos, que acabaram obtendo uma grande vitória em San Pablo, em 13 de julho de 1882, destruindo as fôrças do Coronel Cáceres. Em face dessa derrota, o General Miguel Iglésias lançou um Manifesto à Nação, mostrando a necessidade de se chegar a uma paz definitiva com o Chile. Êsse manifesto sofreu violenta repulsa por parte da população peruana do interior e a luta continuou até a ocupação de Arequipa, em 26 de outubro de 1883, com a derrota definitiva das fôrças do Almirante Montero.

Entrementes, o General Miguel Iglésias fôra reconhecido pelos chilenos, como Governador do Peru e assinou, em 20 de outubro de 1883, o Tratado de Paz com o Chile o qual tomou o nome de Tratado de Ancon. Uma Assembléia Constituinte, convocada por Miguel Iglésias, aprovou o Tratado de Ancon, em 28 de março de 1884. O General Campero, Presidente da Bolívia, assinou um Tratado de Trégua com o Chile.

Como conseqüência das negociações para assinatura dêsse acôrdo, as tropas chilenas de ocupação tinham iniciado a evacuação do território peruano, a qual terminou, em agôsto de 1884. A guerra durara, a partir do dia 15 de fevereiro de 1879, cinco anos e seis meses.

As principais disposições constantes do Tratado de Ancon foram as seguintes:

1ª) O Peru cedia ao Chile, perpétua e incondicionalmente, o território da Província litorânea de Tarapacá, cujos limites são a quebrada do rio Camarones ao norte e a quebrada do rio Loa ao sul, o território da Bolívia a este e o Oceano Pacífico a oeste (artigo 2º).

2ª) O território das Províncias de Tacna e Arica continuava de posse do Chile e sujeito à legislação e autoridades chilenas, durante o prazo de dez anos, contados da data, que se ratificasse o Tratado. Expirado êsse prazo, um plebiscito decidiria, em votação popular, se o território da referida Província ficaria, definitivamente, sob a soberania do Chile, ou se continuaria fazendo parte do território peruano. O país a que fôsse anexada a dita Província pagaria ao outro dez milhões de pesos, em moeda chilena de prata, ou soles peruanos de igual valor daquela (artigo 3º).

Um protocolo especial anexo ao Tratado, estabeleceu a forma como se realizaria o plebiscito e o prazo para pagamento da indenização prevista.

3ª) As ilhas de Lobos continuariam sob administração do Govêrno do Chile, até que produzissem um milhão de toneladas de guano, findo o que seriam devolvidas ao Peru.

O Govêrno do Chile declarava que cedia ao Peru, desde o dia da ratificação dêste Tratado, 50% do guano produzido nas Ilhas de Lobos (artigo 10º).

4ª) As relações comerciais entre os dois países subsistirão no mesmo estado de antes de 5 de abril de 1879 (artigo 11). A fim de evitar que os governos chileno e peruano entrem em competição, comercialmente, na venda do guano se determinaria, prèviamente, por ambos os governos de comum acôrdo, a proporção e as condições a que sujeitar o comércio dêsse adubo (artigo 5º).

Havia outra disposição sôbre a indenização de atos praticados pelo Chile sob jurisdição marcial do Exército.

c — Conseqüências gerais da Guerra

O Chile, amplamente vitorioso na guerra, levou suas fronteiras terrestres à quebrada de Camarones, incorporando ao seu território a Província peruana de Tarapacá com 55.000 km² e a área do Deserto de Atacama, com 78.000 km², transformada, então, na nova Província chilena de Atacama.

Dispondo, então, das maiores reservas mundiais de salitre, transformou-se no maior produtor mundial de fertilizantes naturais, explorando, igualmente, o cobre, a prata e o iôdo, encontrados nos territórios conquistados, ressarcindo-se, amplamente, dos prejuízos causados pela guerra e lançando os fundamentos de uma economia próspera e sólida.

Firmou, definitivamente, sua posição de potência militar do Pacífico e manteve sua ampla superioridade naval nesse mar, ganhando de igual passo o respeito e a admiração das Nações irmãs do Continente e de outros países do mundo.

O esfôrço realizado durante a guerra, na qual o povo e Govêrno se identificaram em tôrno de um objetivo comum, amalgamou de vez o sentimento nacional e amadureceu a consciência cívica da nacionalidade, fazendo do Chile uma das Nações mais coesas e homogêneas do Continente.

O Peru perdeu sua Província de Tarapacá com seu imenso potencial econômico e sofreu vultosos prejuízos na guerra, entrando numa fase de instabilidade econômica e política da qual custaria a se refazer.

Com suas fôrças armadas desorganizadas e desprestigiadas pela esmagadora derrota, perdeu sua posição de liderança política e militar no Pacífico e teve de enfrentar um duro período de tensão diplomática com o Chile para resolver o problema da Província de Tacna e Arica, que fôra adiado pelo Tratado de Ancon.

A pendência em tôrno da posse definitiva das Províncias de Tacna e Arica se transformou numa fricção continental, que abrangeu vários países sul-americanos e os Estados Unidos. De fato, quando se expirou, em 1894, o prazo de dez anos para realização do plebiscito, nem o Chile, nem o Peru, mostraram grande interêsse em realizá-lo, tendo em vista a situação interna do segundo e o fato, para o primeiro, de que a União Pan-

namericana fixara, como princípio de política internacional do Continente, que não se considerava legítima nenhuma anexação de território, realizada pela fôrça das armas. Em 1898, o Chile, sob a pressão da ameaça de uma guerra com a Argentina, resultante da áspera discussão em tôrno da fronteira chilena-argentina, na Patagônia, assinou um Convênio, fazendo concessões ao Peru, o qual não foi aprovado pelo Congresso chileno. Os dois países sofriam com a indefinição dessa questão, mas desejavam, antes de enfrentá-la, decisivamente, fortalecer suas posições. O Peru, sob a presidência de Eduardo Romaña, procurou reaparelhar-se e contratou os serviços de uma Missão Francesa. O Chile não ficou atrás, contratou os serviços de uma Missão Alemã e procurou aproximar-se da Bolívia, a fim de negociar com ela um Tratado de Paz, à base do Tratado de Armistício de 1884.

Nessa situação o plebiscito foi adiado por vinte anos, mediante nôvo Convênio, assinado entre o Chile e o Peru, em 1902.

Sobreveio, então, a Primeira Grande-Guerra e o Chile acumulou saldos substanciais em divisas estrangeiras com o comércio de salitre. Aproveitando-se da crise, criada pelo Armistício de 1918, voltou a pressionar o Peru, chegando mesmo a mobilizar suas fôrças, em 1920. Não alcançou resultado e as eleições dêsse ano levaram ao poder Arturo Alessandri, candidato das massas populares, que imprimiu ao Govêrno do Chile novas diretrizes. Em 1922, o Presidente dos Estados Unidos, Warring G. Harding (1921-1923) convocou uma Conferência da União Panamericana, em Washington, na qual se decidiu, que a questão da realização, ou não do plebiscito, seria arbitrada pelo Presidente Harding. O laudo arbitral do Presidente dos Estados Unidos, então Calvin Coolidge (1923-1929), tornado público em março de 1925, se pronunciou pela necessidade de realizar o plebiscito, do qual participariam todos os habitantes da Província de Tacna e Arica, desde que soubessem ler e escrever e que lá residissem, há mais de dez anos, contados de 1922, quando a questão fôra submetida à arbitragem. O laudo arbitral favorecia a tese chilena e em compensação, o árbitro dispôs que a zona de Tarata passasse imediatamente à jurisdição do Peru. A decisão arbitral foi acatada pelo Chile e o Peru e o General Pershing, que representara os Estados Unidos na comemoração da Batalha de Ayacucho, foi escolhido Presidente da Comissão do Plebiscito. Logo nas primeiras reuniões da Comissão, surgiram inúmeras dificuldades e a data da realização do plebiscito foi várias vêzes adiada. As queixas sôbre o retardamento do plebiscito foram muitas e partiram de ambos os litigantes. O general Pershing foi substituído no seu cargo pelo general Lassiter, graças às gestões chilenas. Lassiter, em 1926, declarou que as

condições impostas à realização do plebiscito tornavam-no impraticável. Nesse ambiente, surgiu a proposta do Secretário de Estado norte-americano Kellog, sugerindo que Peru e Chile renunciassem aos direitos alegados e que a área em litígio fôsse cedida à Bolívia, mediante indenização, ficando Arica com o seu bastião fortificada, sob o mandato de uma Comissão Internacional. A proposta visava a converter Arica em pôrto franco e zona desmilitarizada e contentar os três antigos beligerantes, mas a Comissão Internacional, ficando sob contrôle dos Estados Unidos, criava condições para que êsse país se firmasse numa posição vital da costa do Pacífico, o pôrto de Arica. O Chile não aceitou a proposta, sendo apoiado pela Argentina e as negociações foram suspensas, indefinidamente. Corria o tempo e grandes modificações iam ocorrendo na política interna do Peru e do Chile. Em 1927, Carlos Ibañez foi elevado à Presidência do Chile (1927-1931) e confiou ao seu Ministro do Exterior, Rios Gallardo, a missão de retomar as negociações interrompidas com o Peru, no que foi secundado pelo Secretário de Estado norte-americano Kellog. Em julho de 1928, os plenipotenciários dos dois países se reuniram, em Washington, e à base de uma proposta oferecida pelo Presidente Herbert Hoover (1929-1930) chegaram a um acôrdo definitivo para resolver a questão de Tacna e Arica. Êsse acôrdo se converteu no Tratado de 1929, assinado pelos Governos do Chile e do Peru e num Protocolo Complementar, contendo entre outras as seguintes disposições básicas.

O território de Tacna e Arica foi dividido em duas partes: Tacna para o Peru e Arica para o Chile, traçando-se o limite para os dois territórios, de Concordia para este, distante dez quilômetros da estrada de Ferro Arica — La Paz. O Chile cedia ao Peru, perpètuamente, os direitos sôbre os canais Uchusumaca e do Maruí, também chamado Azucarera sem prejuízo de sua soberania na parte do aqueduto em seu território e do direito de servidão cedido ao Peru (artigo 2º).

O Govêrno do Chile construiria, a sua custa, dentro de 2.575 metros da baía de Arica, um molhe para atracação de navios, um edifício para agência aduaneira e uma estação terminal para estrada de ferro de Tacna, estabelecimentos e zonas essas onde o comércio do Peru gozaria de ampla independência (artigo 5º).

O Govêrno do Chile entregaria ao Peru, no momento da troca de ratificação dêsse Tratado, seis milhões de dólares de indenização, tôdas as obras públicas, executadas ou em execução e bens de raiz, localizados no território, que passou à soberania do Peru (artigo 5º). Os dois Governos se comprometeram a respeitar os direitos privados, adquiridos legalmente, nos terri-

tórios, que ficariam sob suas jurisdições, incluindo a estrada de ferro de Tacna e Arica, que, ao término do contrato, passaria à propriedade do Peru (artigo 7º).

O Protocolo Complementar dispôs mais, que não seria cedida, sem acôrdo entre êles, à terceira potência, a totalidade, ou parte do território, que obtiveram em virtude do Tratado e não se construiriam, sem acôrdo entre êles, novas vias internacionais através dêles. Enquanto se construía o pôrto peruano de Arica, o Peru utilizou, livremente, as instalações existentes, ratificando-se a liberdade de desembarcar pessoas, mercadorias e armamentos. O Morro de Arica foi desartilhado e nêle construído, a custa do Chile, o monumento simbólico previsto no Tratado.

A Bolívia, depois da ocupação de Lima, assinou um Tratado de Trégua com o Chile, o qual foi transformado, depois de assinado o Tratado de Ancon, no Tratado de Armistício de 1884. A Bolívia defendera, calorosamente, durante a negociação do tratado, seu propósito de manter uma saída para o mar, mas acabou cedendo ao **ultimatum**, que lhe enviou o Chile, para entregar a êsse país sua Província costeira do Deserto de Atacama. Não abandonou, porém, a tese de "Arica para a Bolívia" e, em 8 de maio de 1895, no Tratado de Paz e Amizade e no de Transferência de Território e Protocolos Complementares, o Chile se obrigou a transferir à Bolívia os territórios de Tacna e Arica se sôbre êles viesse a adquirir soberania permanente ou, no caso de solução dessa questão lhe ser desfavorável, ceder à Bolívia "Caleta Victor" até a quebrada de Camarones. A Bolívia, porém, não satisfez essa expectativa de direito e conseguiu do Chile o compromisso constante do Protocolo, de 9 de dezembro de 1895, de que a "cessão definitiva do litoral da Bolívia, em favor do Chile, ficaria sem efeito se o Chile não entregasse à Bolívia, no prazo de dois anos, o pôrto da costa do Pacífico previsto no tratado de Transferência". Êsse Tratado e mais o de Comércio de 1895 foram aprovados pelo Congresso dos dois países, promulgados pelo executivo chileno, mas o Chile subordinou o cumprimento definitivo dêsses atos à aprovação do Protocolo de 1895 e o da troca de ratificações de 30 de abril de 1896, os quais permaneceram nos arquivos do Congresso, invalidando tôdas as negociações anteriores.

Em 1898, o Chile foi informado de que a Bolívia, em Tratado Secreto com à Argentina, cedera a êste país a Puna de Atacama, em compensação do apoio que daria às gestões, que fazia junto ao Govêrno chileno. Disso resultou uma grave crise nas relações chileno-argentinas e chileno-bolivianas, uma vez que o Chile alegava caber-lhe o território da Puna de acôrdo com o Tratado

de Armistício. A tensão cedeu, porém, com o arbitramento do Presidente dos Estados Unidos, que reconheceu como válida a cessão territorial de Puna de Atacama à Argentina.

A solução da questão de fronteira, entre a Argentina e o Chile, dada pelo laudo arbitral do Rei da Inglaterra, em 1902, a importância do Peru para se opor ao Chile, levaram a Bolivia a retomar as negociações com êsse país em têrmos de conciliação. Negociou-se nesse ambiente o Tratado de Paz e Amizade, entre o Chile e a Bolívia, no qual a Bolívia reconheceu como definitiva a cessão de sua Província do litoral ao Chile e êste se comprometeu a construir a estrada de ferro Arica — La Paz. Em 1913, foi inaugurada a ferrovia Arica-La Paz e tècnicamente a questão estava encerrada. Mas, a Bolívia, periòdicamente, vem-se insurgindo contra seu enclausuramento no interior do Continente, resultante das disposições do Tratado de 1904. Em 1920, apelou para a Sociedade das Nações para que julgasse nulo o Tratado de 1904, mas o Chile argüiu a incompetência dêsse organismo internacional para apreciar a questão. A Bolívia opôs restrições à decisão chileno-peruana, constante do Protocolo anexo ao Tratado de 1929, de não permitir a construção de novas estradas de ferro através do território da Província da Tacna. Em face disto a questão permanece aberta, criando um foco de tensão nas relações entre o Chile, o Peru, a Bolívia e a Argentina.

A atitude correta e neutra do Brasil, durante todo o desenrolar dêsses fatos, evitando os conchavos e os acôrdos secretos com quaisquer dos países nêles interessados, revigorou o crédito de amizade e confiança, que o Govêrno e o povo chilenos lhe abriram em conseqüência da Nota com que o Govêrno brasileiro protestou contra o bombardeio de Valparaiso pela Esquadra espanhola, em 1866, contribuindo para consolidar as ótimas relações, mantidas pelos dois países sem prejuízo das que mantém com os demais.

6 — GUERRA DO CHACO

a — Causas da Guerra

(1) Origens do conflito

As origens da guerra do Chaco se situam no período colonial, quando êsse território se encontrava sob o domínio da Espanha, em plena fase da colonização.

Ao Rei da Espanha, como proprietário de todos os territórios da América espanhola, interessava mais a colonização, do que o colonizador, pouco lhe importando que as terras pertencessem a esta ou aquela "Gobernación". Dessa forma, os títulos régios, não raro, atribuíam a um Adelantado ou Governador direitos, que já tinham sido outorgados a outros sem declarações rescisórias posteriores.

Em conseqüência, quando as antigas "Gobernaciones" se constituíram em Estados soberanos e tiveram de definir os seus limites territoriais, surgiram entre elas inúmeros conflitos de direitos, apoiadas as partes litigantes em títulos e razões muito respeitáveis. Em muitos casos, êsses litígios territoriais foram, fàcilmente, dirimidos. Mas, em outros, como entre a Bolívia e o Paraguai, a questão arrastou-se durante anos, através de sucessivas e improfícuas negociações diplomáticas, que foram deixando as marcas das desconfianças e dos ressentimentos cada vez mais profundas. Enquanto isso, os territórios disputados iam sendo colonizados e humanizados, sendo descobertas novas riquezas, que lhes deram valor econômico e acentuada importância social e política. E nesse ponto, o conflito se extremou, pois já não se tratava apenas de perder ou ganhar alguns quilômetros de terras desabitadas, ou desconhecidas, mas de áreas de grande valor econômico potencial.

E as negociações diplomáticas, que a princípio tinham o aspecto morno das resistências passivas, ganharam calor e agressividade, escudadas em ostensivos preparativos militares, na ocupação preventiva das áreas disputadas e mesmo em ações agressivas, que só não se transformavam em "causu belli", em virtude da mediação dos neutros. Chegou-se, assim, ao incidente de Pitiantuta, conseqüência do ato impulsivo de um oficial boliviano, a que o Paraguai respondu com energia, num ato de fôrça, que se multiplicou em outros praticados pela Bolívia, generalizando-se, o conflito local e criando o estado de beligerância. Rebentava, assim, a guerra entre a Bolívia e o Paraguai, sob as vistas de povos amigos, que se esforçaram, sinceramente, por evitá-la, a fim de preservarem a paz e união americanas.

(2) Síntese dos direitos alegados

(3 Paraguai

O Paraguai formava, a princípio, um só Govêrno com o rio da Prata, do ponto de vista geográfico, político e eclesiástico. Por Cédula Real de 16 de dezembro de 1617, foi, porém, dividido em dois Governos: um com as cidades de Buenos Aires, Santa Fé, Corrientes, Conceptión del Bermeto, e o outro, que se chamou Guairá, com capital em Assunção, compreendendo essa cidade e as de Villa Real, Villa Rica de Espírito Santo e Jerez. O nome Guairá transformou-se em Paraguai. Dêste modo o primitivo Govêrno do Adelantado Don Pedro de Mendoza ficou repartido em três seções: Santa Cruz de La Sierra, Buenos Aires e Paraguai.

O Território de Santa Cruz de La Sierra confinava, ao S, por uma linha que ia da Lagoa Xaraies, pelas encostas das Serras da Província de Chiquitos, até o rio Parapity, separando-se, assim, do Chaco, que, antigamente, se chamava Paraguai.

Êsses limites não sofreram alterações, durante o regime colonial. Além de numerosos textos, citam para comprová-los o seguinte: "as modificações de 1783 da Real Ordenança de Intendentes não alteraram as fronteiras dos governos anteriores, que conservaram todo o território da jurisdição de seus antigos bispados".

Em resumo, segundo convicção dos paraguaios, pertencia-lhes a zona marginal ocidental do rio Paraguai. Para êles no Chaco Boreal só existia uma questão de limites com a Bolívia, que ficaria resolvido com fixação de fronteira comum.

(b) Bolívia

A Real Cédula de 17 de dezembro de 1743 mandou considerar os limites de Santa Cruz de La Sierra, pelos rios Paraguai e Pilcomayo. Cabia-lhe, pois, de direito, todo o território a W do Paraguai e ao N de Pilcomayo, que era o das antigas Missões de Chiquitos.

O direito histórico da Audiência de Charcas está comprovado pelo mapa de Azara, oferecido ao Cabildo de Assumpción, a pedido dêste, em 1793. Sem nenhum protesto, Azara, na descrição geográfica, diz o seguinte: "El límite del Paraguai por el ocidente es el mismo Paraguai, por no tener posesiones en el Chaco".

Por expressa disposição do rei da Espanha e do Vice-Rei de Buenos Aires (Texto de 21 de maio de 1801) era, terminantemente, proibido ao Govêrno do Paraguai fazer expedições e invadir território do Chaco, alheio à sua jurisdição.

(c) Conclusão

A Bolívia, de fato, exerceu domínio com ocupação descontínua, na parte W do rio Paraguai da Baía Negra até, talvez, a foz do rio Apa.

O Paraguai conservou o domínio da margem W do grande rio até a foz do Pilcomayo e da margem Nordeste dêste até, pelo menos, Estero Patiño.

Era êsse o pensamento dos plenipotenciários bolivianos e paraguaios, quando celebraram o primeiro Tratado de Partilha do Chaco, que não surtiu efeito prático.

(3) **Esbôço das negociações diplomáticas e da ocupação militar**

Durante as negociações, entre Argentina e Paraguai, após a guerra da Tríplice Aliança, o Govêrno boliviano tentou intervir no processo arbitral, a cargo do Presidente dos Estados Unidos, Rutherford B. Hayes, a fim de resguardar seus direitos. Mas o árbitro recusou a tentativa de intervenção boliviana, alegando que fôra escolhido para dirimir um litígio entre aquelas duas Repúblicas, em que a Bolívia não era parte. Expressou, porém, a esperança, de que seu laudo obtivesse o apoio não só dos dois países, diretamente interessados na questão, mas da própria Bolívia. A Bolívia parece ter-se conformado com o laudo arbitral, consubstanciado no Tratado de 3 de fevereiro de 1876, conforme se depreende do Manifesto de 26 de fevereiro do Presidente da Bolívia, por ocasião da Guerra do Pacífico.

O primeiro Tratado de ajuste de fronteiras do Chaco, entre a BOLÍVIA e o PARAGUAI, foi firmado, em 15 de outubro de 1879, e é conhecido como tratado UIJARRO-DECOUD.

Desprezando a discussão dos títulos e direitos, alegados pelos disputantes, chegou-se à divisão do território em litígio por uma linha reta, representada pelo paralelo de 22º de latitude sul, que partia da bôca do rio APA até encontrar o rio PILCOMAYO, cebendo ao PARAGUAI 4.136 léguas quadradas ao S dessa linha, renunciando ao terrório, entre êsse paralelo e a Baía Negra. Marcaram o prazo de dezoito meses para ratificação do Tratado e comprometeram-se a designar, oportunamente, os demarcadores dos limites definitivos.

O Paraguai não ratificou êsse Tratado, mas o Congresso boliviano o aprovou. Em 16 de fevereiro de 1887, foi negociado o Tratado TAMAYO-ACEVAL, por iniciativa da Bolívia, o qual dividia o território contestado em três seções. A primeira seção compreendia o território, entre o braço principal do rio PILCOMAYO e o paralelo, que, partindo da margem do rio PARAGUAI, em frente à bôca do rio APA, vai encontrar o meridiano de 63º W do meridiano de Paris. A segunda seção, entre essa linha e o paralelo que passa uma légua ao norte do forte Olimpo, prolongada até o dito meridiano de 63º. A terceira seção, entre essa linha e o paralelo da Baía Negra. Ao Paraguai caberia a primeira seção e à Bolívia a terceira. Quanto à posse da área da segunda seção seria decidida por arbitragem. Foi escolhido, como árbitro, o Rei Leopoldo II da Bélgica e ficou assentado que o laudo seria definitivo e obrigaria ambas as partes. O prazo de ratificação foi de doze meses, devendo as Notas rés-respectivas ser trocadas em Assunção. Apesar dos desejos de pôr término à questão, nenhum dos dois Estados ratificou o Tratado, no prazo estabelecido. Um Protocolo prorrogou o prazo por nove meses, mas, pouco antes que evpirasse a prorrogação, o Paraguai ocupou a área da Baía Negra (ou Pôrto Pacheco para os bolivianos), decorrendo daí a rotura de relações entre os dois países, provocada pela Bolívia. Em novembro de 1894, depois de laboriosa negociação, foi firmado outro Acôrdo, conhecido como Tratado ICHASO-BENITEZ, fixando o limite entre as duas Repúblicas por uma linha reta que, partindo de três léguas ao Norte do forte Olimpo, atingisse o rio Pilcomayo, no ponto de intercessão dêle com o meridiano de 61º 28' oeste de Greenwich. Desta vez, a Bolívia esperou que o Paraguai manifestasse concretametne seu desejo de ratificar o Tratado e, como êsse se perdesse em longas protelações, acabou por denunciá-lo. Interrompeu-se aí a fase de negociações diretas, procurando os dois países, daí por diante, os "bons ofícios" de outras Nações.

Em 12 de janeiro de 1907, por intermédio de E. ZEBALLOS, Ministro do Exterior da Argentina, foi assinado, em Buenos Aires, o Convênio Pinilla-Soler, em que ambas as Nações se propunham submeter à arbitragem da Argentina o território em litígio, fixando, desde logo, o que ambos os Governos consideravam como de posse pacífica. A zona sôbre a qual deveria o árbitro pronunciar-se seria a compreendida ao norte, pelo paralelo de 20º 30' e a linha que o Paraguai pleiteasse, ao sul; no interior, a zona seria delimitada pelo meridiano de 61º 30' ou 62º oeste.

Apesar da repulsa da opinião pública, o Congresso boliviano aprovou-o, o mesmo acontecendo ao do Paraguai. Mas, na sua execução, surgiram tantas dificuldades, que o Acôrdo caducou.

As negociações, entre o Paraguai e a Bolívia, foram reatadas, em 1913, pelo Protocolo MUJIA-AYALA, no qual os dois Governos se comprometiam a chegar a um acôrdo no prazo de dois anos. Êsse prazo se prolongou até 1917 e nada foi feito.

Em 1827, sob os auspícios do Govêrno argentino, instalou-se em Buenos Aires, uma conferência de Plenipotenciários, das duas Nações, para resolver a pendência. Mas, foram tais as exigências do Paraguai, que a Conferência encerrou seus trabalhos, antes de tê-los, pràticametne, iniciado.

A BOLÍVIA acabou se convencendo de que sua complacência era um estímulo às exigências paraguaias. A partir dêsse ano, incrementou a ocupação militar do território, no que foi imitada pelo PARAGUAI. Aproveitando, então, os bons ofícios oferecidos pela Comissão de Neutros reunida em WASHINGTON, propôs a BOLÍVIA, em nota de 24 de julho de 1931, o estudo imediato de um pacto de não agressão, que servisse de garantia às negociações posteriores. Aceita a sugestão pelo PARAGUAI, a Comissão iniciou seus trabalhos em 11 de novembro dêsse ano, com o exame das propostas oferecidas pelas delegações das duas Nações.

Quando se examinava uma proposta de Mr. WHITE, Presidente da Comissão, eclodiu o incidente de PITIANTUTA, que teve como conseqüência a paralisação das negociações pela retirada das delegações dos países interessados. A reação do PARAGUAI, desencadeada, em 15 de julho, já era o prelúdio de guerra.

Daí por diante todos os esforços da Comissão de Neutros e dos Governos Americanos se orientaram no sentido de reconduzir os dois litigantes ao caminho das negociações pacíficas. Mas, tudo foi em vão, pois tanto a BOLÍVIA como o PARAGUAI tinham decidido resolver pelas armas o que não fôra solucionado pela Política.

(4) Notícias sôbre a ocupação militar

Entre 1901 e 1903, o PARAGUAI aproveitando-se das dificuldades da BOLÍVIA na Campanha do ACRE, avançou suas posições sôbre o rio OTUQUIS, *fundando ali, em fins de 1901,* o Fortim PÁTRIA e, em janeiro de 1903, o Fortim GALPON.

A partir de 1903, a BOLÍVIA, que vira o PARAGUAI recuar sempre na ratificação dos acôrdos, como se quisesse ganhar tempo para avançar na ocupação militar do território, que considerava seu, mudou de atitude e iniciou francamente a construção de fortins, fundando em 1903 os de BALIVIAN, GUACHALA, LINARES, MAGARINOS, ESTEROS, ao longo do PILCOMAYO. Mais tarde foram fundados SORPRÊZA e ARCE. Houve protestos e negociações diplomáticas mas êles lá ficaram.

Depois dos incidentes de 1928, os fortins CASTILLO, RAMIREZ, LARA e YURA foram ocupados, como uma ameaça na direção de BOQUERÓN, das colônias MENNONITAS e da ferrovia de CASADO.

Os fortins, plantados de aguada em aguada, ao longo das estradas, exerceram o papel de marcos da penetração, de um e outro dos contendores.

Do lado da BOLÍVIA essa penetração obedeceu aos seguintes eixos:

Via Norte: — SANTA CRUZ-ROBORÉ — PUERTO SUAREZ.

Via Centro: — LAGUNILLAS — CHARAGUAS — INGAVI.

Via Sul: — TARIJA — VILA MONTES — BALIVIAN.

Com a construção do caminho BALLIVIAN — TEZÉN — PLATANILLOS — ARCE, assegurou os suprimentos às guarnições dêsses fortins, ao mesmo tempo que procurou ligar os fortins de ROBORÉ, SAN JUAN, VITRIONES e MARISCAL SANTA CRUZ ao N, com os de PLATANILLOS — BOLIVAR — JAYCUBAS e LOA ao S.

Do lado do PARAGUAI as vias de transporte, aproveitadas na penetração, foram as seguintes:

ASSUNÇÃO — CONCEPTIÓN
CONCEPTIÓN — NANAWA
PINASCO — NANAWA
PÔRTO CASADO — COLÔNIAS MENNONITAS
BAIA NEGRA — VANGUARDIA.

(5) Os incidentes militares no CHACO

Muitas agressões e incidentes desagradáveis aconteceram no Chaco, *a partir de 1927, reeditando outros mais antigos, como* o que praticou o Paraguai em 1886/88, contra PUERTO OLIMPO e a *ocupação militar* do PILCOMAYO, pela BOLÍVIA, em 1905. Dêstes, porém, os mais importantes, os que maiores ressentimentos *causaram* foram os seguintes:

(a) Incidente do Fortim VANGUARDIA

Depois do incidente de GALPON, resultante da prisão do Coronel GUTIERREZ, Cmt da 5ª Div. Boliviana, ocorrido em 1/7/1928, a guarnição do fortim boliviano Vanguardia foi atacada, a 5 de dezembro dêsse ano, por uma fôrça paraguaia, tendo

20 mortos e vários feridos, enquanto os agressores tiveram, apenas, um morto e 4 feridos. Dêsse incidente resultou o rompimento das relações diplomáticas entre os dois países e a intervenção da Convenção de GONDRA, instituto criado na conferência de SANTIAGO, em 1923, para prevenir conflitos entre povos americanos.

A Bolívia, ofendida pela agressão paraguaia, recusou a intervenção da Comissão e numa ação de represália retomou os escombros do fortim Vanguardia incendiado pelos paraguaios, e atacou a linha de fortins, que êsse mantinha ao N do rio PILCOMAYO, apoderando-se de BOQUERÓN, VALOIS RIVAROLA, GENERAL GENES e MARISCAL LOPES, fazendo muitos prisioneiros.

Em conseqüência, ambos os contendores mobilizaram suas fôrças e a guerra pareceu iminente, não tendo eclodido, mercê da mediação de governos do Velho e do Nôvo Mundo, que conseguiram, que as duas nações submetessem a pendência a uma Comissão de Investigação e Conciliação, que se reuniria em Washington. Essa Comissão, pelo protocolo de 12 de setembro de 1929, reconheceu que a agressão partira do Paraguai e estabeleceu que a Bolívia devolveria o fortim BOQUERÓN e o PARAGUAI reconstruiria o fortim VANGUARDIA, sendo reatadas as relações diplomáticas, entre os dois países. Mas, a Comissão não conseguiu que a Bolívia e o Paraguai aceitassem um pronunciamento arbitral sôbre a questão do CHACO, o que deixava bem viva a causa do conflito. E isso se patenteou, em 1930, através de novos incidentes e de uma franca preparação militar da BOLÍVIA, revelada na agitação da opinião pública, no crescimento dos efetivos e das despesas militares e no estacionamento de novas fôrças ao N, do rio PILCOMAYO.

O PARAGUAI, por sua vez, tomou medidas semelhantes, reforçando sua guarnição no CHACO, havendo mesmo quem insinuasse pretendera êle se apoderar de PUERTO SUAREZ, sede da 5ª Div. Boliviana, passando por território brasileiro.

(b) Incidente de PITIANTUTA

Procurava a Comissão de Neutros de WASHINGTON, em 1932, reconduzir os dois países ao caminho de um entendimento pacífico, quando uma fôrça boliviana ocupou o fortim PITIANTUTA (Carlos A. Lopes), no dia 15 de junho de 1932, alegando que estava abandonado e encontrava-se em sua zona de ocupação. O Paraguai, em conseqüência disso, retirou-se da Comissão, em 7 de julho, no que foi seguido pela Bolívia, logo

depois. Em 15 de julho, as tropas paraguaias, prèviamente preparadas desencadearam um ataque, retomando PITIANTUTA e recalcando as fôrças bolivianas apanhadas de surprêsa, em extensa frente.

Os bolivianos por sua vez, em melhor estado de preparação militar, refeitos da surprêsa, passaram à ofensiva, retomando PITIANTUTA, apoderando-se de CORRALES, TOLEDO, CARAYA, BOQUERÓN e FALCON. De posse dessa linha, passaram a consolidá-la, entregando-se, ao mesmo tempo, à organização de suas retaguardas. Era o estado de beligerância franco, embora não houvesse, ainda, uma formal declaração de guerra.

(6) Conclusão

Do que se expôs, poderá concluir-se que as causas da guerra do CHACO foram as seguintes:

— Indefinição dos limites entre a Presidência de CHARCAS e o Govêrno de GUAIRA, durante o período colonial, originando a questão de limites entre a República da Bolívia e a do Paraguai, no CHACO.

— As perdas territoriais sofridas pela República da Bolívia, para o Chile, a Argentina e o Brasil e as que sofreu o Paraguai, em conseqüência da Guerra da Tríplice Aliança exacerbando o sentimento nacional nesses países, levando-os a atitudes intransigentes no período de negociações diplomáticas.

— A progressiva significação econômica, que foi ganhando o Território do CHACO, notadamente após a descoberta de ricas jazidas petrolíferas, pela STANDARD OIL de NEW JERSEY, em CAMIRI.

— Os repetidos insucessos das negociações diretas, entre os dois países e mais tarde dos esforços desenvolvidos pelos países amigos, criando permanentes tensões entre os Governos e o povo dos dois países litigantes.

— A ocupação militar do CHACO, a qual deu margem a choques e incidetnes entre as Guarnições Militares dos dois países, nessa área, acabando por configurar, por sua extensão e violência, a situação beligerante de fato.

b — Teatro de Operações

(1) Situação geográfica relativa

Os centros de poder da Bolívia e do Paraguai gravitam, respectivamente, em tôrno de LA PAZ — ORURO — COCHA-

BAMBA e de ASSUNÇÃO — VILA RICA. As distâncias dêsses centros ao fortim BOQUERÓN, que pode ser considerado, como região central do TO, guarda uma relação de 3/1, o que deu ao PARAGUAI decidida vantagem, no apoio às suas fôrças em campanha.

Em relação aos centros de produção no estrangeiro, dos quais dependiam os beligerantes para aquisição de armamento, de munição e outros suprimentos básicos, a distância, entre os portos dos Estados Unidos e o de ARICA, no CHILE, passando pelo Canal do Panamá, era menor, do que para Assunção, na proporção de ½ favorável, pois, à BOLÍVIA.

Já na comparação das vias de transporte, entre a ARGENTINA e os beligerantes, particularmente as de BUENOS AIRES — TARIJA e BUENOS AIRES — ASSUNÇÃO a relação é de 5/3 favorável ao Paraguai.

Dêsse exame poderemos concluir que:

— A Bolívia podia receber materiais de guerra e outros suprimentos dos EE.UU., mais ràpidamente do que o PARAGUAI, desde que tivesse divisas com que adquiri-los. Além disso, poderia a Bolívia, graças à sua contigüidade territorial com o CHILE e o PERU, receber recursos dêsses países, o que lhe foi, particularmente, útil, quando do bloqueio dos neutros, que prejudicou mais ao Paraguai, do que a ela.

— Quanto ao suprimento e ao recompletamento das fôrças em operações, no CHACO, o Paraguai gozou de facilidades muito maiores do que a BOLÍVIA, em conseqüência das maiores distâncias que esta tinha de vencer.

(2) **Espaço geográfico**

O Chaco Boreal tem a conformação de um coração, limitado a E. pelo rio Paraguai, a SW pelo rio PILCOMAYO, a W pela Serra de AGURAGUE e ao N e NE pelo rio OTUQUIS, representando uma superfície aproximada de 325.000 km², pouco maior do que a do Estado do Rio Grande do Sul.

O rio Paraguai, navegável em tôda sua extensão, era uma excelente via de transporte, aproveitada exclusivamente pelo PARAGUAI, que, ao longo dêle, montou suas bases. A Bolívia, embora dominasse os rios Pilcomayo e Utuquis, não pôde aproveitá-los, dada a inavegabilidade dos mesmos.

A Serra de Aguragüe, colocada entre a linha TARIJA — VILLA MONTEZ e SANTA CRUZ DE LA SIERRA, funcionava como um divisor das vias de transporte, que se dirigiam ao CHACO, dificultando os transportes entre os centros de produção e o TO, impondo a SANTA CRUZ DE LA SIERRA a função de suprir as fôrças, que se encontrassem na parte NE do TO, o que ela faria mal, em virtude do aspecto desértico, do despovoamento, a escassez de caminhos e estradas, existentes na bacia do OTUQUIS.

Enquanto isso, a região oriental do Paraguai achava-se, estreitamente, vinculada à Ocidental, dispondo da excelente longitudinal, constituída pela via navegável do rio PARAGUAI.

Assim sendo, enquanto a Bolívia, para atacar em linhas convergentes, teria de realizar um agrupamento prévio de suas fôrças, servindo-se de longas vias transversais de transporte, o Paraguai poderia atuar em linhas interiores e, se necessário, em linhas divergentes para W, N, NW.

Por outro lado, o espaço geográfico favorecia, também, o Paraguai, do ponto de vista humano, uma vez que os núcleos de população boliviana se situavam na meseta andina, em altitudes que variam de 3.500 a 4.000 m, enquanto os do Paraguai não alcançavam 700 m. Dêsse modo, os paraguaios teriam maior facilidade, do que os bolivianos para se adaptarem às pressões existentes no CHACO, uma vez que êstes estavam habituados a pressões médias baixas, muito diferentes daquelas, que iriam encontrar no TO.

As temperaturas existentes no TO, também, beneficiavam mais aos paraguaios do que os bolivianos, embora impussessem grandes dificuldades a ambos os contendores. De fato, no verão, particularmente, nos meses de dezembro a janeiro, a temperatura escaldante embaraçava e, por vêzes, paralisava as operações de maior vulto. A desidratação excessiva, o acre cheiro de pólvora e o pó aumentavam a sede, que a água salobra utilizada, mais agravava, dando ao problema da água caráter grave, exigindo medidas e providências especiais.

Essas condições repercutiram na própria organização das fôrças, com a criação de unidades de sapadores, encarregadas de cavar poços profundos em busca de água potável.

Êsses pontos dágua, seja um simples poço, seja uma lagoa, ou mesmo um bosque de "Yby'á" (árvore da água), adquiriram foros de acidentes capitais do terreno e não raro seriam objetivos de sangrentos combates.

O Chaco é, em grande parte, coberto de uma vegetação, sob a forma de "montes" (bosques) ou de "campestre". O paraguaio, acostumado a penetrar nos densos bosques da região oriental, seja para colher mate, seja para explorar a madeira, seja

para cultivar em terreno virgem, não se sentia oprimido em meio dessa vegetação e seus movimentos através dêste terreno eram rápidos e silenciosos, guiando-se pelo sol, pela umidade dos troncos e pelo próprio instinto. Ao contrário, o boliviano, acostumado a outros ambientes, não se adaptou a essa região com tanta facilidade.

Assim sendo, a vegetação do TO era uma aliada poderosa do Paraguai e um inimigo acérrimo do boliviano, constituindo isso uma grande vantagem em favor do primeiro.

Nesse terreno de densa vegetação, atravessado por estradas e caminhos escassos, as chuvas entorpeciam o movimento motorizado, obrigando, não raro, ao uso de carretas puxadas por bois, ou grande comboios de cargueiros. Dadas as condições do solo, as águas das chuvas não se infiltravam, nem se escoavam com facilidade, estagnando-se em lagoas, charcos, pirizais, favorecendo o desenvolvimento de insetos e dos mosquitos vetores do paludismo, endemia existente no TO e responsável por grande número de perdas.

(3) Recursos humanos e econômicos

Do ponto de vista humano, a Bolívia tinha um efetivo de população, nìtidamente, superior ao do Paraguai na proporção de 3/1. Mas, se considerarmos a etnografia dessa população, verificamos que a do Paraguai era mais homogênea e coesa, uma vez que a da Bolívia se repartia em grupos, mais ou menos fechados, falando línguas diferentes e tendo costumes, tradições e anseios diversos. Ambos os povos possuíam excelentes qualidades, ainda que se pudesse distinguir nos paraguaios maior sobriedade. Convém, ainda, lembrar que a maioria da população boliviana, constituída de mestiços e índios, era dominada pelo vício de mascar a coca.

Os recursos, existentes no TO, passíveis de aproveitamento local, não eram de grande monta, reduzindo-se ao aproveitamento de madeira abundante em trabalhos de fortificações e de algum gado. O Paraguai, nesse ponto, era favorecido, pois as Colônias Mennonitas, encravadas no TO, tinham uma produção apreciável de cereais e algodão.

No que respeita aos recursos econômicos e financeiros, a vantagem estava do lado da Bolívia, em conseqüência da sua produção mineral, muito bem recebida nos mercados internacionais e fonte ponderável de moedas cambiáveis.

(4) Organização militar

As condições geográficas do TO tiveram ampla repercussão na guerra, impondo adaptações na organização das unidades, suas dotações de material e nos processos de combate a empregar.

O revestimento vegetal do CHACO e as dificuldades de obter-se água no verão e a abundância dela no inverno, a escassês das vias de transportes, em confronto com a pobreza dos efetivos e as dificuldades para armá-los, equipá-los e supri-los, impuseram condições especiais à organização das fôrças e ao planejamento e conduta das operações, dando-lhe um caráter senão original, pelo menos diverso do que até então se tinho visto.

Com efeito, a organização militar teria de ser leve e flexível, pois unidades de grandes efetivos, pesadamente armadas e equipadas, encontrariam grandes dificuldades para se movimentar e manobrar, nesse terreno difícil.

A Artilharia, dada a raridade dos observatórios nesse terreno plano e coberto e a falta de cartas, encontraria fortes restrições de emprêgo, particularmente, nas ações ofensivas, quando, dificilmente, se poderia balizar a linha alcançada pela Infantaria.

Os morteiros, mais fàcilmente transportáveis e podendo marchar com os primeiros escalões da Infantaria, teriam, ao contrário, inúmeras oportunidades de emprêgo.

As dificuldades de se obterem informes, aliadas à organização rudimentar do Estado-Maior, imporia a utilização crescente da Aviação de Reconhecimento, que prestaria excelentes serviços.

O conhecimento do terreno e a habilidade para nêle se orientar e construir picadas, a capacidade para adaptar-se às condições do clima, variando do calor tórrido do verão, ao frio intenso e excesso de chuvas no inverno, determinaram a organização de unidades de sapadores, de construção de poços e o uso de um equipamento muito leve, reduzido ao estritamento necessário e de fardamento adaptado ao clima.

A extensão das frentes de operações e os pequenos efetivos eliminaram, desde o início da guerra, a possibilidade de se realizarem operações em frentes contínuas.

Operou-se, então, ao longo dos eixos de penetração e as operações foram conduzidas por grupamento de fôrças, que só dispunham de raras vias transversais para estabelecerem ligações laterais. Apesar disso, em cada Exército, as operações obedeceram sempre a um plano de conjunto, visando à conquista de objetivos bem definidos. A Guerra do Chaco teve, assim, o caráter de uma luta de grupamento de fôrças com amplas possibili-

dades de manobra, assemelhando-se, na forma, às campanhas napoleônicas.

c — Potencial militar dos beligerantes

A Bolívia, ao iniciar-se a guerra, dispunha de organização militar mais ampla, de recursos financeiros mais abundantes, de um Exército ativo de maior efetivo e melhor armado, do que o Paraguai.

A instrução do Exército era, no entanto, rudimentar, como se poderá ver no trecho de uma parte do Major MOSCOSO, que atribuía o êxito paraguaio na retomada do fortim PITIANTUTA ao emprêgo de "uma arma de grande potência e relativo alcance até êsse momento desconhecida pelo Exército boliviano". Tratava-se, em verdade, do Morteiro Stokes Brandt, de 81 mm, caracterizado, nessa parte, como "arma surpreendente e terrífica, que causou efeito gradual e decisivo no moral de uma fração ponderável dos defensores, particularmente, sôbre os recrutas, cujo espírito foi rudemente amolecido, até ao ponto de contagiar as tropas vizinhas e os próprios oficiais, que, não podendo mantê-los em seus postos, se retraíram sem ordem superior".

Como vemos, sòmente a falta de instrução adequada poderia explicar, em 1932, o desconhecimento de uma arma largamente empregada em todos os Exércitos e o efeito psicológico que produziram meia dúzia de seus tiros.

Desde muitos anos, as Escolas Militares bolivianas vinham sendo orientadas por Missões Militares estrangeiras, havendo no seu Exército muitos oficiais competentes.

Apesar da declaração do estado de beligerância, a Bolívia não decretou a mobilização geral, chamando, apenas, algumas classes para o serviço militar, apesar da existência de armamento e equipamento estocados e a necessidade de realizar uma seleção cuidadosa aconselhassem que se fizesse um apêlo maciço ao potencial humano do país. Além disso, os critérios políticos e partidários predominaram na seleção do pessoal, levando às fileiras do Exército em Campanha os elementos menos capazes da população, como os índios apáticos e indiferentes, envenenados pela coca, que entraram com 80% do efetivo e os mestiços (Cholos) espertos, sonsos e com rudimentar formação cívica, que contribuíram com 10%.

O branco, elemento mais culto e capaz da população, só foi aproveitado, convenientemente, mais tarde, quando as derrotas sucessivas impuseram ao Govêrno boliviano a decretação da mobilização geral.

O Major Antonio Gonzales diz "que só com excessiva boa vontade se poderia chamar de Exército Paraguaio o pequeno aglomerado de homens armados, sem nenhuma instrução militar, organização, Estado-Maior, quadro de oficiais e suboficiais, existentes, em 1931, provido de um material ridículo pela quantidade, qualidade e estado de conservação".

Mas, o Exército paraguaio possuía, ao iniciar-se a guerra, um grupo de oficiais altamente instruídos, o que lhe permitiria vencer suas deficiências iniciais e adquirir, pouco a pouco, a organização, o treinamento e a eficiência de um pequeno, mas aguerrido Exército.

Embora não tivesse preparado, convenientemente, a Mobilização, o Paraguai soube realizá-la, séria e eficientemente. Antes mesmo de 3 de agôsto de 1932, data do Decreto de Mobilização Geral, foram chamados, por meio de Cartas Individuais, os homens recém-desincorporados, o que permitiu elevar ao efetivo de guerra as Unidades da ativa e mesmo dar efetivo a algumas de segunda formação.

O Decreto de Mobilização, estipulando cotas a serem fornecidas pelos Municípios, constituídas de homens que já tinham servido, levantou um contingente de reservistas, que, após curto período de treinamento, pôde entrar em ação. Finalmente, a seleção profissional dos contingentes de voluntários, orientada no sentido de só serem incorporados ao Exército os que tivessem aptidão e não desfalcar a mão-de-obra civil, executada com seriedade e adstrita a critérios puramente militares, trouxe para as fileiras elementos realmente úteis, conservando nas tarefas de produção aquêles que lá deviam permanecer.

Pôde, assim, o Paraguai utilizar nas melhores condições possíveis seu minguado potencial humano, tirando dêle o melhor partido.

d — Plano de Campanha dos Beligerantes e Concentração

(1) Bolívia

Apesar de dispor a Bolívia, desde muitos anos, de um Chefe de Estado-Maior-Geral de grande fama, o general Hans Kundt e do permanente estado de tensão política em que vivia, em conseqüência dos contínuos incidentes havidos no Chaco e de sua mudança de atitude, incrementando a ocupação militar dêsse território, visível a partir de 1903, não se tem notícia de que os órgãos, encarregados de sua segurança externa, tenham elabo-

rado um Plano de Campanha com as características de seriedade, que, nessa época, já apresentava êsse planejamento básico.

Conhece-se o esbôço de um Plano de Operação, elaborado pelo Ten-Coronel Angel Rodrigues, Chefe da Seção de Operação do EMG, o qual não foi aprovado pelo "Capitan del Ejército" (Presidente da República), quando lhe foi apresentado pelo general Kundt, Chefe do EMG. As linhas gerais dêsse Plano estabeleciam:

— Mobilização de 10.000 homens para cobrir a linha Boquerón — Arce. Posteriormente, um retraimento progressivo (durante três meses) dessa fôrça até Ballivian, atraindo, assim, o Exército Paraguaio nas direções de Saavedra — Ballivian e Platanillo — Ballivian.

— Simultâneamente, com o estabelecido, anteriormente, haveria a constituição, em Ingavi, de uma massa operativa de quatro divisões (20.000 h) para tomar a ofensiva na direção de Puerto Olimpo e pressionar para o Sul, a cavaleiro do rio Paraguai.

Além disso, êsse plano continha referências sôbre as despesas de guerra, estimadas entre oito e dez milhões de "Soles" e a organização de um sistema de transportes, que se apoiaria numa base mínima de 600 caminhões.

A concentração boliviana, no início das hostilidades, apresentava os seguintes aspectos de N. para S:

— 5ª DI escalonada ao S de PUERTO SUAREZ entre o rio PARAGUAI e OTUQUIS

— 3ª DI cobrindo o setor de ROBORÉ — MADREJON

— 4ª DI na região dos fortins "CAMACHO" e "PLATANILLOS"

— 7ª DI na região dos fortins de "ZENTENO, MUNOZ e SORPREZA".

— As 4ª e 7ª DI constituíam o 1º Corpo de Exército, com o QG em MUNOZ; mais tarde as 3ª e 5ª DI passaram a depender, também, do Comando do 1º CEx, com o grande inconveniente de que as ordens e informações do Cmt do Corpo, dirigidas a essas Divisões excêntricas, deviam ser transmitidas por intermédio do EMG, sediado em LA PAZ.

— Além dessas GU, outros grupamentos de fôrças se encontravam em VILLA MONTES, CHARAGUA e BALLIVIAN.

Nessa época, parece fora de dúvida que o EMG da Bolívia estabelecera a diretriz operativa seguinte:

— Partindo de TOLEDO e BOQUERÓN, tomar a ofensiva na direção de ISLA POI — Coronel Martinez — Puerto Casado para ocupar Puerto Casado.

— Cobrir essa ofensiva ao N, com ações de fixação partidas de Puerto Suarez, sôbre Baía Negra; de Madrejón-Flórida, para ocupar o fortim "Coronel Bogado" em condições de prosseguir daí para a Baía Negra, ou na direção "General Diaz" — Puerto Olimpo.

— No setor contíguo ao rio Pilcomayo seria conduzida uma defensiva ativa na linha Falcon — Gondra — Nanawa, a fim de cobrir, pelo S, a ação principal e a região de Muñoz, centro capital de vias de transporte.

(2) Paraguai

Não se conhece, mesmo em esbôço, um Plano de Campanha do Exército paraguaio, embora possuísse oficiais com capacidade para elaborá-lo. Parece, entretanto, fora de dúvida, que, não possuindo a República os recursos humanos, econômicos e financeiros, de que dispunha a Bolívia, os quais ditaram sua ofensiva, adotaram os paraguaios, inicialmente, uma atitude de defensiva estratégica sem prejuízo das ações agressivas de âmbito tático, que a situação aconselhasse.

A concentração paraguaia, no início das hostilidades, apresentava os seguintes aspectos:

— 1ª DI, em organização, na região de POZO AZUL — ISLA POI

— Destacamento da Baía Negra, com cêrca de 400 h

— Destacamento NANAWA da ordem de 500 h.

Logo depois da retomada de PITIANTUTA, o general Estigarribia, Cmt da 1ª DI, em ofício de 12 de julho de 1932, oferecia ao Govêrno as seguintes sugestões:

— Ocupar fortemente PITIANTUTA com 2 RI;

— Completar a mobilização da 1ª DI;

— Converter a Escola de Suboficiais num RI;

— Completar a mobilização dos R C e preparar a de outros 3 RI;

— Designar o Cmt-em-Chefe do Exército com faculdades para dirigir as operações de acôrdo com um plano objetivo e sob sua única e exclusiva responsabilidade.

— Iniciar as operações antes que os grupamentos de fôrça da Bolívia tivessem ultimado sua reunião, para execução do plano boliviano, que era do seu conhecimento.

No dia 23 de julho, o Brigadeiro da Reserva, general Manoel Rojas, foi designado Cmt-em-Chefe. Êsse general estava em franca oposição ao general Estigarribia, no que se referia à defesa do Chaco, pois, advogava a idéia de que essa defesa só poderia ser conduzida, com êxito, sôbre as próprias margens do rio Paraguai, enquanto o general Estigarribia se batia para que ela fôsse feita a W do rio e tão longe dêle, quanto o permitissem as fôrças disponíveis.

Essas divergências causaram grande contratempo às operações iniciais e terminaram com a nomeação do general Estigarribia como Cmt-em-Chefe das fôrças, que operavam no Chaco.

(1) Síntese das operações

(1) Entre setembro de 1932 e outubro de 1933

Em suas operações iniciais, os bolivianos tinham conquistado uma extensa linha de fortins e ameaçavam a área de concentração do Exército Paraguaio na região de Isla-Poi.

No início do mês de setembro, os paraguaios tinham reunido um efetivo de 10.000 homens e tomaram a ofensiva na direção de Isla-Poi — Boquerón, visando à conquista de Boquerón, indispensável à segurança de sua área de concentração. Depois de pesada luta, que durou cêrca de vinte dias, os paraguaios ocuparam Boquerón, em 29 de setembro. Inflingiram 2.000 perdas aos bolivianos e apoderaram-se de 200 armas automáticas, uma Bia Art. 75 mm, munições e fuzis, que foram logo distribuídos às unidades de nova formação. Essa vitória, além de exaltar o moral do Exército paraguaio, provou, pràticamente, o acêrto da orientação do general Estigarribia, na conduta das operações e teve como conseqüência a conquista, dos fortins Toledo e Corrales, em meados de outubro, de Castilho e Arce, em fins de outubro, Bolivar, Loa e Jayucubas, em princípios de novembro.

Os bolivianos fizeram esforços desesperados para manter Boquerón, mas não lograram o menor êxito, seja pela falta de oportunidade no lançamento dos contra-ataques, seja pela fraqueza dos elementos encarregados de realizá-los. Perderam muitos oficiais e suboficiais e um material precioso, que lhes iria fazer muita falta.

O Comandante do Exército Boliviano, general José L. Lanza, foi substituído pelo general Hans Kundt, então Chefe do Estado-Maior Geral, que expediu novas diretrizes para as operações, visando a ocupar Puerto Casado. A ofensiva boliviana foi desencadeada, em fins de dezembro de 1932, na direção de Puerto Casado, mas logrou, apenas, êxito reduzido, como o da reocupação de Platanillos, Bolívar, Corrales e Zenteno. Em janeiro, a ofensiva foi ampliada para o setor sul, visando à conquista de Nanawa. Em julho de 1933, os bolivianos atacaram Nanawa com poderosas fôrças, que incluíam quatro carros de assalto, lança-chamas, mas nada conseguiram.

Os paraguaios, durante tôda essa fase das operações, mantiveram-se na defensiva, organizando novas Grandes Unidades. Em fins de setembro, estavam em condições de retomarem a ofensiva e vibrar nos bolivianos um golpe esmagador, na batalha de Zenteno — Campo Via.

(2) Entre outubro de 1933 e novembro de 1934, Manobra de Zenteno — Campo Via

Vencendo a batalha defensiva, que se estendeu por quase um ano e tendo, progressivamente, reunido meios, que lhes permitiram assumir a iniciativa das operações, os paraguaios a usaram para impor esmagadora derrota ao Exército Boliviano.

Aproveitando-se da situação favorável da linha de contato, que criou um saliente no dispositivo boliviano, e da superioridade de meios que reuniram, os paraguaios iriam tentar a destruição das melhores fôrças do inimigo, obrigado a tomar uma atitude defensiva e dispondo de fracas reservas locais e gerais.

A manobra, concebida pelo general Estigarribia, foi uma manobra de ala, com uma ação desbordante inicial, seguida de um amplo envolvimento das retaguardas inimigas a ser realizada por um exército de 3.500 homens, apoiados por 22 tubos de artilharia cujos aspectos essenciais foram os seguintes.

A decisão inicial, regulando a execução da primeira fase da manobra, comportava as seguintes ações:

— "Engajamentos" sucessivos, visando à localização da posição de resistência do inimigo.

— Ataques locais, visando a aferrar as reservas inimigas, seja na tamponagem dos intervalos vigiados ou mal defendidos, seja no reforçamento de regiões capitais ameaçadas, esgotando, assim, suas possibilidades de prolongar os flancos.

— Ação frontal de rotura, executada, simultâneamente, com ação desbordante sôbre o flanco NW do dispositivo inimigo, visando ao cêrco e à destruição das fôrças, que defendiam o saliente de ZENTENO.

— Exploração do êxito obtido na direção de MUÑOZ.

As fôrças bolivianas no valor de 12.000 homens, apoiados por 36 tubos de artilharia e 3 aviões, defendiam uma frente de 70 km com fracas reservas locais e gerais. O flanco Sul da posição apoiava-se no fortim de F. Rivarola e no flanco NW havia um espaço de cêrca de 20 km, fracamente vigiado. A posição defendia a área de manutenção de SAAVEDRA — MUÑOZ, barrando as direções NANAWA — SAAVEDRA, CAMPO ACEVAL — ZENTENO e ARCE — ZENTENO — SAAVEDRA, apoiando-se nos "bosques" e "campestres" que cobriam inteiramente o terreno.

Nesse dispositivo defensivo avultava a importância do saliente de ZENTENO, envolvido por E e N pelo dispositivo inimigo, com o flanco NW mal definido e ligações precárias com o 2º CEx, cujo grosso se achava a 40 km a NW. Caberia ao Cmt do 1º CEx a defesa do restante da frente, inclusive de uma direção que interessava, também, à manutenção do acidente capital de ZENTENO.

(a) Período de 23 de outubro a 17 de novembro

Nesse período, os paraguaios desencadearam sucessivos ataques em tôdas as frentes, particularmente, nas direções CAMPO ACEVAL — ZENTENO e POZO FAVORITO — ZENTENO, visando a fixar as fôrças inimigas e procurar na posição um ponto fraco para montar a ação de rotura. Localizaram, assim, a Posição de Resistência e seu flanco a NW, bem como uma região mal defendida face à GONDRA.

As fôrças bolivianas defenderam bem suas posições, tendo sofrido perdas severas. O comando-em-chefe foi obrigado a intervir, constantemente, seja empregando suas reservas próprias, seja reforçando as GU mais fortemente pressionadas, com elementos retirados de outras, que sofriam ações menos intensas.

No momento em que as fôrças paraguaias intensificaram seus esforços na ala W do dispositivo e deram maior amplitude à ação que desenvolviam, os bolivianos estavam, pràticamente, sem reservas, impossibilitados, portanto, de se lhes oporem com êxito.

(b) Período de 18 de novembro a 11 de dezembro

Nesse período, as fôrças paraguaias envolveram o flanco NW do dispositivo defensivo do inimigo, cortando as vias de transporte do fortim ZENTENO, obrigando a 9ª DI boliviana a retirar-se, precipitadamente. Entrementes, a ação frontal, desencadeada na região de GONDRA, logrou romper a frente inimiga, fazendo junção com a massa desbordante, na região do km 22 da estrada de ZENTENO — SAAVEDRA. Fechava-se, assim, o cêrco sôbre as 4ª e 9ª DI bolivianas, que foram destruídas, ficando aberto o caminho para MUÑOZ.

Cumpre acentuar a ação do Comandante-em-Chefe do Exército Paraguaio, sobrepondo-se a tôdas as dificuldades, inclusive as oriundas de deficiências de comandos subordinados. Seguindo de perto a ação, certo do êxito da manobra em curso, tomou tôdas as providências para lhe dar a devida impulsão, sempre atento à reconstituição das reservas, que empregou com energia e oportunidade.

A falta de meios de transporte não lhe permitiu dar a necessária mobilidade à massa de manobra desbordante e explorar a fundo o êxito obtido, destruindo o 1º CEx boliviano, que conseguiu evitar o cêrco, ao custo de perdas severas.

O Comandante-em-Chefe boliviano, subestimando a capacidade ofensiva do adversário, não sentiu o perigo, que se desenhava na ala NW de seu dispositivo e não determinou em tempo a retirada de ZENTENO. Posteriormente, submergido pelos acontecimentos, renunciou em momento de crise, à conduta da operação, deixando a 9ª DI entregue a sua própria sorte.

Por sua vez, o Cmt da 9ª DI não foi feliz na sua decisão de juntar-se à 4ª DI, fazendo, involuntàriamente, o jôgo do inimigo. Melhor teria agido, se tivesse tentado abrir caminho a cavaleiro da estrada ZENTENO — SAAVEDRA para restabelecer a posição defensiva no km 22, aproveitando as condições favoráveis do terreno. Com essa vitória, os paraguaios ganharam terreno até a linha Cañada el Carmen — Picuiba.

Nos primeiros dias de novembro de 1934, as fôrças dos beligerantes tinham realizado, no campo de batalha, um conjugado de fôrças, tendo como eixo a região de Cañada el Carmen. Ao S, os 3º e 1º Corpos de Exército paraguaios, reforçados pela 8ª DI/2º CEx, defrontavam o 1º CEx boliviano, reforçado pelas 10ª e 2ª DI, atuando a cavaleiro do eixo Ballivian — Samayhuate — Villa Montez; ao N, o Corpo de Cavalaria boliviano, enfrentando o 2º CEx (— 8ª DI) paraguaio, atuando a cavaleiro da

direção Santa Fé — Picuiba — Camacho, tendo como objetivo Camacho. Cada um dos adversários realizou a superioridade de fôrças sôbre a direção eleita como decisiva e estava pronto para iniciar a ação ofensiva.

Note-se, no entanto, que os paraguaios concentraram o grosso de suas fôrças na região, que servia de eixo ao sistema de fôrças, podendo, portanto, operar em linhas interiores, enquanto os bolivianos, além de deixarem um núcleo de fôrças ponderáveis, o 3º CEx, em posição excêntrica ao sistema teriam de percorrer grande distância para trocarem suas tropas para outra direção de atuação.

(3) Entre novembro de 1933 e janeiro de 1934. Manobra de El Carmen — Yrendague

O Comandante-em Chefe do Exército paraguaio, depois da vitória de Zenteno — Campo Via, explorou vigorosamente o êxito obtido, levando, audaciosamente, suas fôrças para NW até uma linha, que, em média, distava da anterior, 170 km, ameaçando elementos vitais do poder militar do inimigo. O esfôrço despendido foi colossal, exigindo da Nação e de seu govêrno grande sacrifício.

No momento, em que o adversário, refeito de golpe inicial, adquiria fôrças superiores às do Paraguai e se preparava para devolver o golpe recebido, o povo e o govêrno desta Nação, embora confiassem, plenamente, no Chefe Militar, que já dera provas de sua capacidade, estavam receosos e inquietos.

Mas essa inquietação não alcançava o Comando-em-Chefe, que prosseguiu imperturbável na execução do Plano de Campanha, que se traçara, perseguindo com invulgar tenacidade o objetivo final: a destruição das frças inimigas e a ocupação do Território do Chaco.

O general Henrique Peñaranda substituira o general Hans Kundt, no Comando-em-Chefe do Exército boliviano, após a derrota sofrida em Zenteno — Campo Via.

Com louvável capacidade, reorganizou suas fôrças, conduziu sem perdas sérias uma retirada difícil e exigiu do Govêrno um esfôrço de guerra melhor organizado e mais intenso.

No momento, dispunha de um Exército, que aprendera a fazer a guerra, combatendo em situação difícil, melhor armado e mais numeroso, do que o do adversário. Gozava da confiança do Exército, mas suas dificuldades com a Direção da Guerra eram grandes e dia-a-dia se acentuavam. Defendendo, intransigentemente, as prerrogativas do cargo, contra interferência nem sempre feliz do Presidente da República, sentia que o Govêrno aguardava, apenas, uma oportunidade para substituí-lo no Comando.

No momento, em que se vão iniciar as operações, os bolivianos dispunham de 50.000 homens e 96 peças de artilharia, enquanto o Paraguai contava, apenas, com 30.000 homens e 48 peças de artilharia.

Os paraguaios tinham alongado suas vias de transporte e os caminhões de que dispunham eram em número insuficiente. O suprimento d'água no eixo de Camacho — Picuiba — Carandaity era difícil, pois na região existiam apenas as fontes de Yrendague. Os suprimentos eram escassos e os estoques nos depósitos avançados não iam além de 5 dias de consumo.

Os bolivianos tinham encurtado suas vias de transporte, tendo-se aproximado de suas bases em Villa Montez e Charagua. Tinham adquirido grande número de caminhões e reorganizado o serviço de saúde.

O general Estigarribia, apesar da inferioridade de suas fôrças e de algumas derrotas locais sofridas, não perdeu a iniciativa das operações. Embora pressionado pelos receios do govêrno e do povo paraguaios, que temiam um desastre irremediável, em face do vulto e da importância dos preparativos da Bolívia, perseverou na sua atitude ofensiva. Tirando partido da situação de conjunto, concebeu uma manobra em linhas interiores, cujas ações essenciais foram as seguintes.

Apercebendo-se da situação desfavorável, em que se encontrava a 10ª DI boliviana, quase isolada no flanco NW do dispositivo inimigo, cobrindo o acidente capital de Cañada Oruro, o Comando paraguaio montou uma manobra de duplo envolvimento sôbre essa GU. Desencadeada de surprêsa, logrou êxito completo, destruindo as fôrças, que defendiam o flanco NW do dispositivo, abrindo caminho para D'ORBIGNY, cuja posse significaria o envolvimento das fôrças inimigas, que se batiam em Ballivian.

A exploração do êxito não pôde ser feita com a rapidez necessária, em virtude da falta de meios de transporte, mas foi suficiente para sustar a ação ofensiva boliviana sôbre a direção Santa Fé — Picuiba — Camacho, desencadeada pelo Corpo de Cavalaria.

Essa decisão do inimigo veio entrosar-se, satisfatòriametne, no plano de Comando paraguaio, dando-lhe tempo para reagrupar suas fôrças e completar a manobra em posição central, que concebera.

Reunindo os meios necessários na região de La Faye, montou nova manobra de envolvimento sôbre o grosso das fôrças inimigas, que operavam no eixo Carandaty — Picuiba — Camacho, visando a apoderar-se de surprêsa da região de Yrendague, área crítica de manutenção do inimigo, em virtude de existirem ali os poços d'água de tôda a região. A posse de Yrendague, realizada após uma marcha de 60 km, através de mato espêsso, aliada à ausência dos Cmt de GU inimigas, levou o pânico às fôrças adversárias, que retrairam, cèleremente, para o N, abandonando feridos, prisioneiros e materiais.

A dupla vitória de El Carmen e de Yrendague, coroando, o êxito da manobra, concebida pelo general Estigarribia, foi na apreciação do Cel Aquiles Vergara Vecunha, oficial chileno, combatendo ao lado dos bolivianos, "construída sôbre os erros da Direção de Guerra da Bolívia" e representa "os melhores pilares de sua obra de condutor de Exército".

Prescrevendo às fôrças, que defendiam a frente de Ballivian, uma atitude puramente defensiva, apesar de possuir aí superioridade de meios, o Comando boliviano permitiu ao inimigo montar com tôda a tranqüilidade a manobra de El Carmen, cuja defesa estava mal articulada com a do restante da frente. O resultado foi a destruição da 10ª DI e de parte da 2ª DI e a retirada do 1º CEx para Cururenda, uma vez que ficara ameaçado de cêrco pelo corte das estradas de Campo Jurado — Carandaity e F. D'Orbigny — Villa Montez.

A ordem para que o C Cav detivesse seu movimento ofensivo para S era uma imposição da situação, criada a W, uma vez que não tinha possibilidade de intervir, com oportunidade, sôbre o flanco N do inimigo, e, quanto mais para o Sul progredisse mais exporia seu flanco W e retaguarda a uma ação por parte dêle.

A perda de Yrendague, apesar de sua importância logística, não era do molde a determinar um retraimento precipitado do CEx e do Corpo Cav. Essa, foi mais conseqüência de falta de assistência à tropa por parte dos Comandos responsáveis, do que dêsse êxito do inimigo.

De fato, comandar, eficientemente, uma tropa a 200 km de distância, mesmo que a ela se esteja ligado por fartos e abundantes meios de comunicação é difícil, para não dizer impossível, particularmente, num período de operação ativa. Informado do sucesso do inimigo, em Yrendague, o Cmt do Corpo de Cav deu ordens, através de seu oficial-de-ligação, que chegaram, completamente, deturpadas aos executantes. Por sua vez, alguns oficiais, mais interessados em salvar o material de artilharia do

que a tropa, utilizaram os meios de transportes existentes para levá-los, à retaguarda, dando à tropa uma sensação de desprêzo e abandono, que foi o elemento fundamental na elaboração do pânico, que se seguiu e que se tornou desde logo incontrolável.

Perdeu, assim, o Comando boliviano qualquer possibilidade de organizar uma retirada e com ela o contrôle completo de suas fôrças, que só iriam se constituir na linha ALGODONAL — SANTA CRUZ DE LA SIERRA. Em fins de janeiro de 1935, os paraguaios tinham conquistado CAPIRENDA e CARANDAITY.

Ficaram, assim, as fôrças bolivianas repartidas em dois grupos: um operando na região de BOYUBÉ, — CHARAGUA — AMBORÉ, apoiando-se nos recursos, vindos de Santa Cruz de La Sierra; outro, que se batia na região do rio PILCOMAYO, defendendo Villa Montez, suprido pela via de transportes Villa Montez — Entre Rios. Entre êsses dois grupos existia um espaço de 80 km dominado pelos paraguaios.

(4) Terminação da guerra

Durante todo o mês de fevereiro contiuou a pressão paraguaia, que culminou com a ocupação de Charagua, no dia 15 de março.

Por essa época, o comando boliviano, graças aos recursos humanos e materiais, que facultou a mobilização geral, decretada após a derrota de El Carmen e Yrendague, tinha montado uma nova ofensiva.

Essa ofensiva foi desencadeada no dia 16 de abril, obrigando os paraguaios a abandonar Charagua e Boyubé, sendo sustada em conseqüência do progresso das negociações diplomáticas em curso, em Buenos Aires.

As negociações diplomáticas, iniciadas em Buenos Aires, em conseqüência das recomendações da Assembléia da Sociedade das Nações, de 24 de novembro de 1934, a cargo de uma Comissão Neutra de Contrôle, da qual faziam parte representatnes da Argentina, Chile, Peru, Uruguai (membros da Sociedade), Brasil e Estados Unidos (convidados) tinham feito alguns progressos. Graças à habilidade e ao tato diplomático do Ministro do Exterior do Brasil, José Carlos de Macedo Soares, chegou-se a um acôrdo, o qual foi consubstanciado no Protocolo, de 11 de junho de 1934, assinado pelos mediadores e os doutores Tomás Manuel Elio, pela Bolívia, e Luiz A. Riart, pelo Paraguai.

— No Protocolo que foi concertado "ad referendum" dos respectivos governos foram fixados princípios e regras, destinados a tornar definitiva a solução temporária do conflito.

O grupo mediador ficou autorizado a convocar imediatamente a Conferência de Paz, a qual caberia promover a resolução do conflito entre Paraguai e Bolívia, por acôrdo direto, entre as partes, e no caso de não alcançar êxito, por meio do arbitramento da Côrte Permanente de Justiça Internacional de Haya. Os beligerantes concordaram em suspender as hostilidades, durante doze dias, tomando por base as posições ocupadas pelos respectivos Exércitos. Uma Comissão Militar Neutra, constituída de representantes das Nações mediadoras, se incumbiu de traçar a linha intermediária de separação dos dois Exércitos, ouvidos os respectivos Comandantes-em-Chefe e resolver tôdas as divergências, que surgissem. Como medida de segurança e depois de traçada a linha de separação dos dois Exércitos, êstes seriam desmobilizados, no prazo de noventa dias. Iniciados os trabalhos da Comissão Militar, eliminadas com firmeza e serenidade tôdas as dificuldades, que foram surgindo, em 2 de julho de 1935, foi apresentado o documento contendo sua decisão sôbre o assunto. No mesmo dia começou a vigorar o prazo para desmobilização dos Exércitos. Em 30 de setembro, estava terminada a desmobilização, tendo sido reintegrados à vida civil 54.105 soldados bolivianos e 46.515 soldados paraguaios.

Entrementes, se tinha reunido a Conferência de Paz, que trabalhava para concluir o acôrdo definitivo. Em 21 de julho de 1935, foi assinado o Tratado de Paz, Amizade e Limites, entre o Paraguai e a Bolívia. A linha divisória não ficou, porém, definitivamente, estabelecida, uma vez que houve divergências com o Paraguai sôbre uma pequena área cuja posse deveria ser decidida por arbitramento. Pelo laudo arbitral de 10 de outubro de 1938, essa divergência última foi por fim eliminada. A linha de limite final pouco se afastou da linha de separação média, entre os dois Exércitos, assinalada no terreno por marcos de madeira, implantados pela Comissão Militar Mista.

(1) Conseqüências gerais da Guerra

A área adjugada, definitivamente, ao Paraguai foi de 232.650 km^2, ou seja 88,7% do território conquistado e ocupado por suas frças, consagrando os sacrifícios de seu povo e de seu Exército numa guerra vitoriosa.

— Sancionou os pontos essenciais das razões históricas, alegadas pelo Paraguai em litígio de fronteira com a Bolívia, preservando para o país as margens do rio Paraguai e a Zona de Vila Hayes.

— Eliminou uma área de tensão na Bacia do Prata a qual afetou, em tempos passados, as boas relações internacionais, entre as Repúblicas do Brasil e da Argentina.

— Repercutiu no surgimento do Movimento Nacional Revolucionário, na Bolívia, onde se foram abrigar a revolta e a frustração dos militares, que fizeram a guerra, contra a incapacidade e o personalismo dos governos, que conduziram a Nação a humilhantes derrotas e perdas substanciais de território e que se traduziu num violento xenofobismo na ação política interna da país.

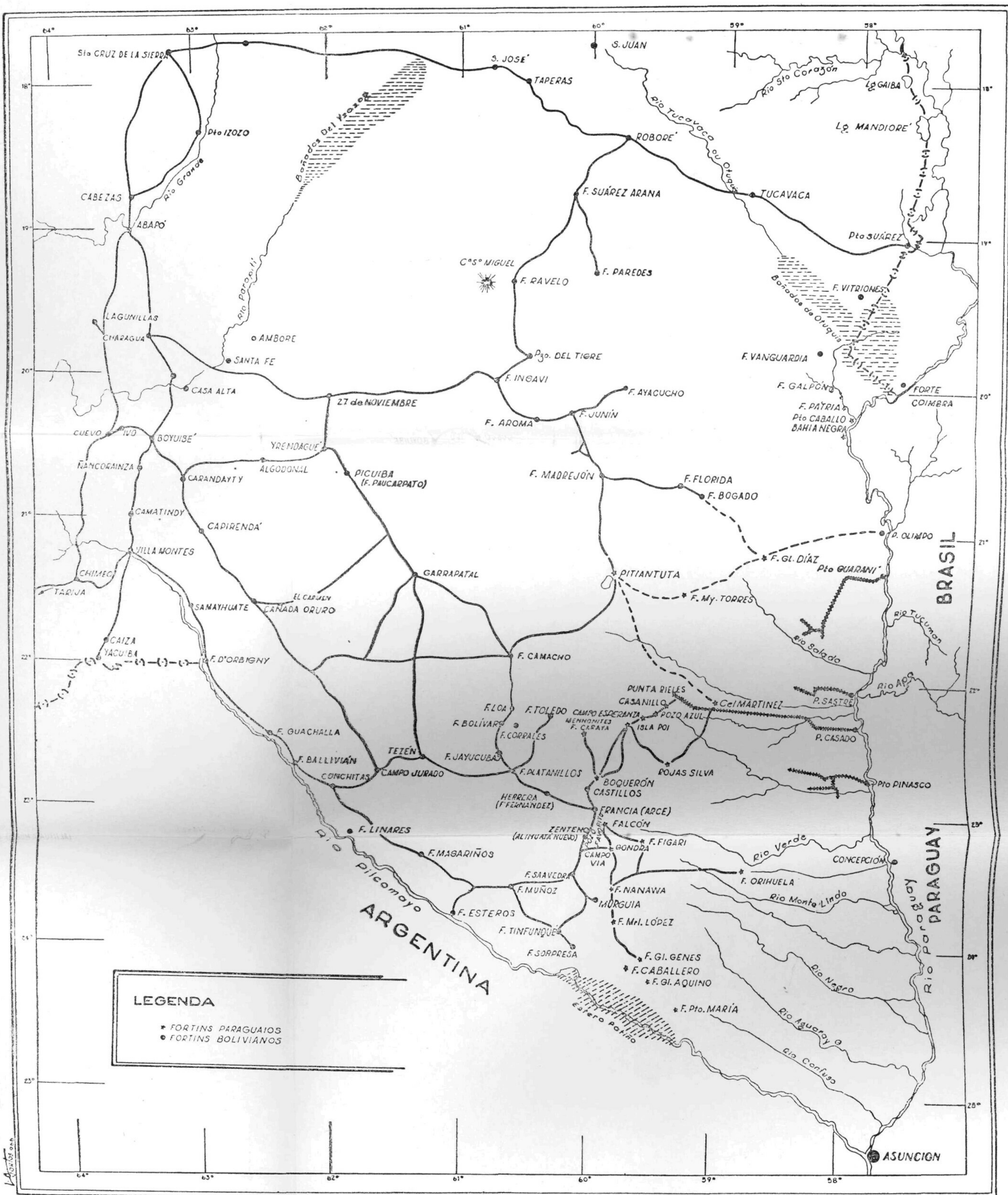
— Permitiu que o Paraguai tivesse acesso às ricas reservas petrolíferas do Chaco.

— A atuação brasileira, durante o conflito, e sua decisiva e correta intervenção nas negociações, culminaram com a assinatura do Tratado de Aproveitamento do Petrôleo Boliviano e de Vinculação Ferroviária de 1938 e melhorou sua posição em relação ao govêrno e ao povo da República do Paraguai.

— Exarcerbou os ressentimentos dos paraguaios contra os argentinos, acusados de terem ajudado substancialmente os bolivianos, durante a guerra, e ocupado, indevidamnte, áreas litigiosas no Chaco, na região do Pilcomayo.

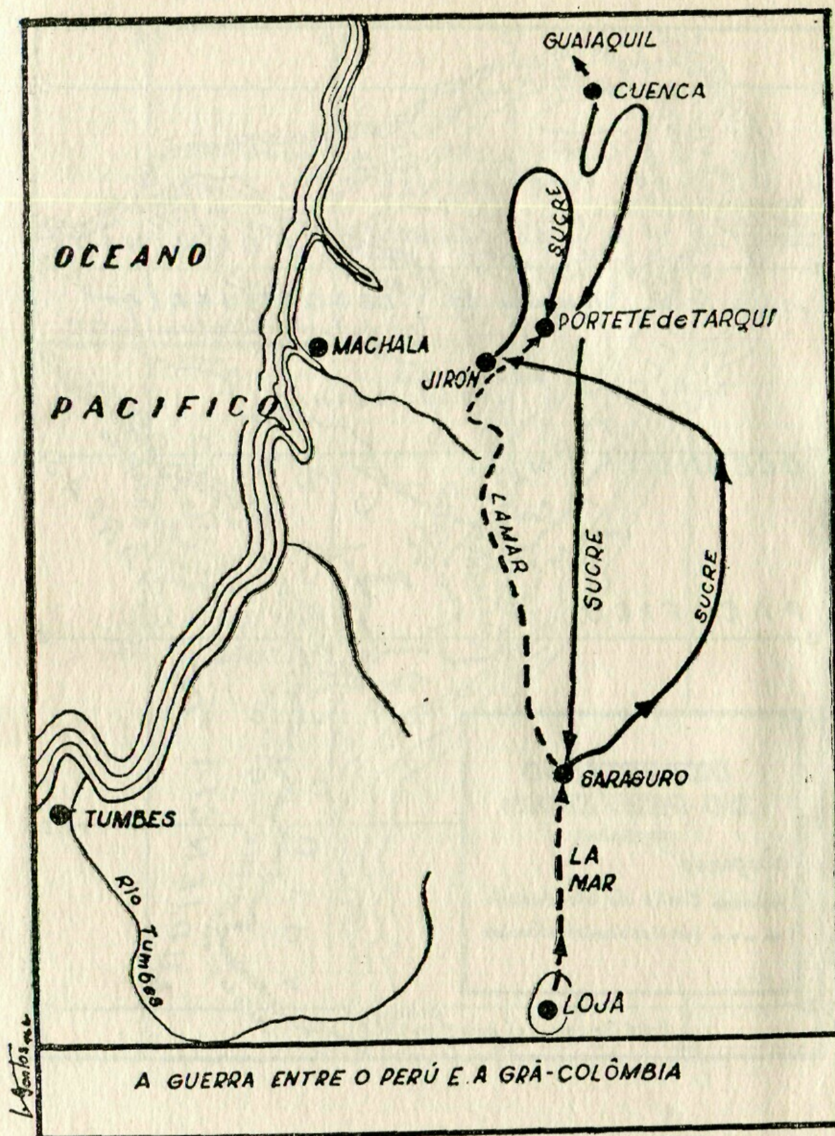
— Não eliminou tôdas as reivindicações paraguaias sôbre o território do Chaco, uma vez que não se conformaram, em terem sido submetidas a arbitramento e julgadas por eqüidade, a posse de pequenas áreas, que suas fôrças ocupavam no momento da cessação das hostilidades.

OBS: As cartas constantes do livro "A PAZ DO CHACO", de autoria do General ESTEVÃO DE CARVALHO (Volumes 241 e 242 — Biblioteca do Exército — 1958) devem ser consultadas para melhor compreensão do presente assunto.

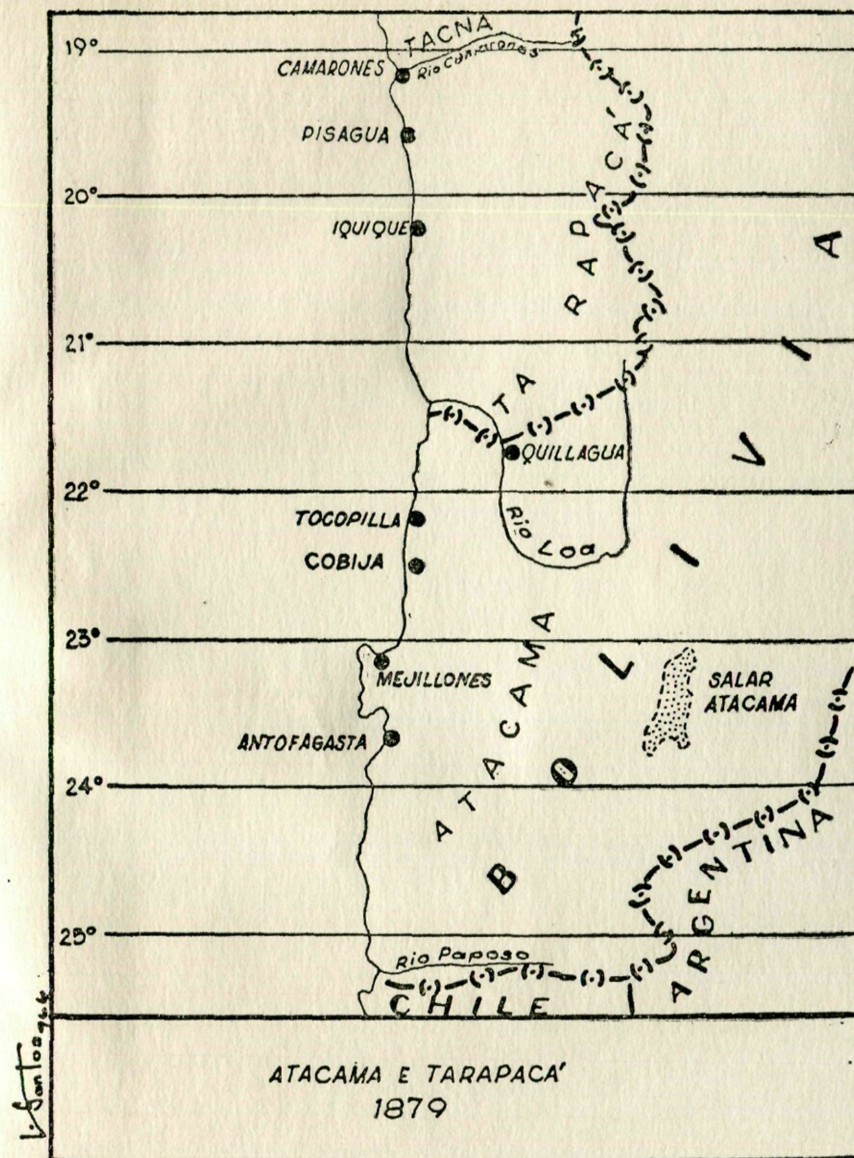


Sta CRUZ DE LA SIERRA
S. JUAN
S. JOSE'
TAPERAS
Bañados Del Ysozog
Pto IZOZO
Rio Grande
ROBORE'
Rio Tucavaca ou Otuquis
Rio Sto Coração
Lg GAIBA
Lg MANDIORE'
TUCAVACA
F. SUÁREZ ARANA
CABEZAS
ABAPO'
Pto SUÁREZ
Cos MIGUEL
F. RAVELO
F. PAREDES
Rio Parapiti
F. VITRIONES
Bañados de Otuquis
LAGUNILLAS
CHARAGUA
AMBORE
SANTA FE
P.zo. DEL TIGRE
F. VANGUARDIA
F. INGAVI
F. GALPON
FORTE COIMBRA
CASA ALTA
F. AYACUCHO
27 de NOVIEMBRE
F. PATRIA
Pto CABALLO
BAHIA NEGRA
F. AROMA
F. JUNIN
CUEVO
IVO
BOYUIBE'
YRENDAGUE'
ÑANCORAINZA
ALGODONAL
PICUIBA
(F. PAUCARPATO)
CARANDAYTY
F. MADREJÓN
F. FLORIDA
F. BOGADO
CAMATINDY
CAPIRENDA'
P. OLIMPO
VILLA MONTES
F. Gl. DÍAZ
CHIMEO
TARIJA
GARRAPATAL
PITIANTUTA
Pto GUARANI'
EL CARMEN
SAMAYHUATE
CAÑADA ORURO
F. My. TORRES
BRASIL
Rio Tucuman
CAIZA
YACUIBA
F. D'ORBIGNY
F. CAMACHO
Rio Salado
PUNTA RIELES
CASANILLO
Cel MARTINEZ
Rio Apa
P. SASTRE
F. LOA
F. TOLEDO
CAMPO ESPERANZA
MENNONITES
F. CARAYÁ
POZO AZUL
ISLA POI
F. BOLÍVAR
F. CORRALES
P. CASADO
F. GUACHALLA
TETÉN
F. JAYUCUBA
F. BALLIVIÁN
CONCHITAS
CAMPO JURADO
F. PLATANILLOS
ROJAS SILVA
BOQUERÓN
CASTILLOS
Pto PINASCO
HERRERA
(F. FERNANDEZ)
FRANCIA (ARCE)
FALCÓN
ZENTENO
(ALTIVUATÁ NUEVO)
F. LINARES
F. FIGARI
GONDRA
CAMPO VIA
F. MAGARIÑOS
Rio Verde
CONCEPCIÓN
Rio Pilcomayo
F. SAAVEDRA
F. MUÑOZ
F. NANAWA
F. ORIHUELA
PARAGUAY
MORGUIA
Rio Monte Lindo
F. ESTEROS
ARGENTINA
F. Mrl. LÓPEZ
F. TINFUNQUE
F. SORPRESA
F. Gl. GENES
F. CABALLERO
F. Gl. AQUINO
Rio Paraguay
Rio Negro
LEGENDA
FORTINS PARAGUAIOS
FORTINS BOLIVIANOS
F. Pto. MARÍA
Estero Patiño
Rio Aguaray Guazu
Rio Confuso
ASUNCION
64°
63°
62°
61°
60°
59°
58°
18°
19°
20°
21°
22°
23°
24°
25°


VICE REINADO
DO PERU EM 1810
Legenda
Limite do ViceReinado
Limites dos Intendencias
OCEANO
PACIFICO
GUAYAQUIL
Real Cédula
7 Jul. 1803
SANTA FE
MISIONES DE SUCUMBIOS Y DEL PUTUMAYO
R. Cuquetá
COM. GRAL
DE MAINAS
Real Cédula
de 15 de Julio de 1802
Tratado de S. Ildefonso en 1777
DOMINIOS
DE PORTUGAL
Tratado de S. Ildefonso en 1777
Moyobamba
MISIONES
FRANCISCANAS
TRUJILLO
Trujillo
TARMA
Tarma
LIMA
HUAMANGA
CUZCO
Cuzco
PUNO
AREQUIPA
L. Titicaca
AUDIENCIA DE CHARCAS
DAPOSO
Real Orden, Octubre 1º de 1802
0
5
10
15
20
25
80
75
70
65



A GUERRA ENTRE O PERÚ E A GRÃ-COLÔMBIA



ATACAMA E TARAPACA'
1879